

# **SOTERIOLOGIA**

*Uma Abordagem Teológica Sobre a Obra de Salvação*

**Por**

**EURÍPEDES DA CONCEIÇÃO**

*Área de Teologia Sistemática*

Apostila destinada à turma do terceiro ano noturno do curso de Bacharel em Teologia do Seminário Teológico Presbiteriano do Rio de Janeiro (STPRJ), em exigência à disciplina de Teologia Sistemática 5.

Rio de Janeiro, 15 de Agosto de 2000

CONCEIÇÃO, Eurípedes. *Soteriology: A Theological Approach Concerning to the Work of Salvation*. Rio de Janeiro, STPRJ, Igreja Presbiteriana do Brasil, 2000.

### ***ABSTRACT***

The author's purpose is to highlight soteriology as a very important area of theology. Author searches for the theological opinions concerning to the great god's plan in his work of salvation. Author identifies its different theories and the role of Christ in the redemption work. At last, author makes a brief analysis about Holy Spirit action in the setting of salvation.

“A graça é a grande característica da Igreja. É uma coisa que o mundo não consegue imitar, e a coisa que ele mais necessita - pois apenas a graça pode trazer esperança e transformação a um mundo cansado”. (Philip Yancey)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. O PROPÓSITO DE DEUS NA SALVAÇÃO.....	03
1. 1. Diferentes Teorias Sobre a <i>Ordo Salutis</i> ou Ordem de Salvação .....	04
1. 1. 1. Teoria supralapsoriana .....	05
1. 1. 2. Teoria sublapsoriana (ou infralapsoriana) .....	05
1. 1. 3. Teoria sublapsoriana da expiação limitada .....	06
1. 2. O Pacto da Redenção e o Pacto da Graça .....	07
1. 3. A Obrigação Requerida pela Lei de Deus.....	09
1. 4. Argumentos Bíblicos da Doutrina da Eleição.....	10
1. 5. A Doutrina da Eleição: Diferentes Conceitos .....	12
1. 5. 1. Eleição condicional .....	12
1. 5. 2. Eleição com objetivo limitado .....	13
1. 5. 3. Arminianismo .....	13
1. 5. 4. Luteranismo primitivo .....	17
1. 5. 5. Luteranismo posterior .....	18
1. 5. 6. Calvinismo .....	20
2. A OBRA DE CRISTO NA REDENÇÃO.....	26
2. 1. O Cenário Histórico-Religioso da “Plenitude do Tempo”.....	26
2. 1. 1. Os fariseus .....	26
2. 1. 2. Os saduceus .....	26

2. 1. 3. Os essênios .....	26
2. 1. 4. Os zelotes .....	26
2. 2. A Encarnação do Verbo Redentor .....	29
2. 3. A Impecabilidade de Cristo .....	30
2. 4. A Pessoa de Cristo .....	32
2. 4. 1. A divindade de Cristo .....	33
2. 4. 2. A humanidade de Cristo .....	33
2. 4. 3. A distinção e a união das duas naturezas em uma só pessoa .....	33
2. 4. 4. Erros teológicos sobre a natureza teantrópica de Cristo .....	36
2. 4. 5. A base confessional da natureza teantrópica de Cristo .....	38
2. 5. A Doutrina da Expição.....	39
2. 6. O Conteúdo Bíblico da Expição.....	41
2. 7. Principais Teorias Sobre a Expição .....	43
2. 7. 1. Teoria da substituição .....	43
2. 7. 2. Teoria do resgate .....	44
2. 7. 3. Teoria da influência moral .....	44
2. 7. 4. Teoria da identificação .....	45
2. 7. 5. Teoria governamental .....	45
3. A AÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NA APLICAÇÃO DA REDENÇÃO.....	46
3. 1. Formulações Credais: Uma Dívida Histórica com o Espírito Santo .....	46
3. 2. A Obra do Espírito Santo na Redenção Subjetiva .....	48
3. 2. 1. Comunicando a graça de Cristo aos eleitos .....	48
3. 2. 2. Promovendo a união mística de Cristo com os eleitos .....	51

3. 2. 3. Vocacionando eficazmente os eleitos .....	52
3. 2. 4. Regenerando os eleitos .....	53
3. 2. 5. Santificando os eleitos.....	53
3. 2. 6. Promovendo a perseverança dos eleitos .....	54

BIBLIOGRAFIA.....

## INTRODUÇÃO

O termo *soteriologia* é formado de duas palavras gregas: *soter* - *salvação*; e *logos* - *tratado, estudo*. Significa *doutrina acerca da salvação*. É um termo alicerçado na palavra grega *sotería*, que significa *livramento, salvação*. Foi um termo criado no século XIX para referir-se à teologia da salvação. Portanto, passou a representar a parte da teologia que trata da salvação do pecador, sua restauração, o favor divino na sua vida e a íntima comunhão que passa a desfrutar com Deus.

Historicamente, esse estudo tem sido dividido em dois grandes segmentos: *a soteriologia objetiva*, que trata da obra remissora de Cristo; *a soteriologia subjetiva*, que aborda a obra do Espírito Santo, o qual concretiza no indivíduo a missão de Cristo. A soteriologia não deve ser confundida com a cristologia. A primeira trata da *missão salvadora de Cristo*, e a segunda trata da *pessoa de Cristo*.

Enquanto disciplina do currículo teológico, a soteriologia disserta sobre temas como o propósito de Deus para salvar; a pessoa e obra do Redentor; a aplicação da redenção mediante a operação do Espírito Santo nos corações e nas vidas dos seres humanos; a expiação do sangue de Cristo, as operações da graça divina, o destino final do homem; que é a sua transformação segundo a imagem de Cristo e a sua glorificação.

Quais os fatos que precedem a soteriologia? Quais os seus pressupostos? Devido à sua relevância, diríamos que a soteriologia tem os seguintes pressupostos:

1. O governo soberano de Deus. Deus como criador, governador e salvador, é a fonte de todas as provisões da salvação.
2. A responsabilidade do homem para com o seu Criador e a sua capacidade para o bem e para o mal, para o gozo e para o sofrimento.

3. O concerto das obras, expressando a vontade de Deus e a obrigação do homem.
4. A queda do homem, que envolve sua condenação e sentença à morte, seu pecado original, a corrupção de sua natureza e sua inabilidade

Estudar soteriologia é ultrapassar as fronteiras do tempo e da história, é identificar o símbolo da cruz de Cristo como os eixos de *convergência e divergência* de todo o universo; é tentar imaginar quando Deus pensou em nós pela primeira vez.

## 1 - O PROPÓSITO DE DEUS NA SALVAÇÃO

O ser humano não é dono do seu destino nem sujeito autônomo da sua própria história. Deus é o legítimo autor da nossa história que está “escrita” no “livro da eternidade”. Calvino, o reformador de Genebra, tinha plena consciência disso e esforçou-se para sistematizar sua visão nas *Institutas*. Todavia, Calvino lançou uma bomba no pensamento teológico cuja sonoridade está reverberando até o tempo presente. Calvino expressou a sua visão em cinco pontos:

1. Depravação Total
2. Eleição Incondicional
3. Expição Limitada
4. Graça Irresistível
5. Perseverança dos Santos

Algum tempo depois, James Armínio (1560-1609), <sup>1</sup> pastor anabatista em Amsterdã e professor de Teologia na universidade de Leyden, Holanda, contestou a tese calvinista da dupla predestinação, pregando o livre arbítrio. Após sua morte, Armínio foi substituído por João Wtenbogaert e Simão Episcópios que assumiram a liderança dos debates. O movimento arminianista cresceu e conquistou adeptos. Em 19 de outubro de 1609, redigiram uma declaração de fé chamada *Remonstrance*, <sup>2</sup> afirmando que os homens são livres para usarem os meios de graça para sua salvação e que toda a humanidade está eleita em

---

<sup>1</sup> James Armínio foi aluno de Teodoro Beza (sucessor de Calvino) na Universidade de Leyden. O que significa que ele esteve sob a influência do calvinismo durante um bom tempo. Sua teologia é uma espécie de revolta contra alguns princípios calvinistas que ele considerava contrários à razão e ao sentido teológico.

<sup>2</sup> Esta declaração que foi publicada em panfleto deu origem à *Igreja Remonstrante da Teologia Reformada*, cuja doutrina está baseada nos ensinamentos de Armínio.

Jesus Cristo. Negavam que a graça era irresistível, embora acreditassem nela. Acreditavam, eles, que a graça poderia ser rechaçada ou apostatada pelo crente, ou seja, o crente poderia “cair da graça”. Eles se opunham ao *supralapsorianismo calvinista* e afirmavam que Deus aguarda as ações do ser humano e depende da fé de cada um para escolher os que crêem, podendo o homem aceitar ou rejeitar a salvação. O debate tornou-se tão intenso que resolveram convocar o Sínodo de Dort (1618-1619). Nessa assembléia o arminianismo foi derrotado e os cinco pontos do calvinismo foram reafirmados, mas a tese supralapsoriana foi substituída pela tese *sublapsoriana* (ou *infralapsoriana*) e adotada, com modificações, por teólogos posteriores. A partir de então a discussão em torno da soteriologia abriu espaço para novas idéias tanto *dentro* como *fora* dos arraiais reformados. Uma dessas idéias é a *Ordo Salutis* ou ordem de salvação.

### 1. 1. Diferentes Teorias sobre a *Ordo Salutis* ou Ordem de Salvação

A expressão *Ordo Salutis* em alemão é “Heilsaneignung”, em holandês “Heilsweg” ou “Orde des Heils”, e em inglês é “Way of Salvation”. A *Ordo Salutis* descreve o processo pelo qual a obra de salvação, produzida em Cristo, se cumpre de maneira subjetiva nos corações e nas vidas dos pecadores.<sup>3</sup>

O propósito divino na salvação envolve a ordem dos decretos. Trata-se da *ordem lógica* no pensamento divino e não da *ordem cronológica*, uma vez que os decretos de Deus podem ser considerados simultâneos com respeito ao tempo. Como analisar então a ordem dos decretos? Há três teorias básicas sobre esse assunto.

---

<sup>3</sup> Maiores detalhes sobre a *Ordo Salutis* podem ser encontrados em L. Berkhof. *Teologia Sistemática*. Trad. Felipe Delgado Cortés. Grand Rapids, Michigan: T.E.L.L., 1983, 494-6. A versão utilizada como fonte neste trabalho é a versão espanhola, mas, atualmente, esta obra já está traduzida em português.

### ***1. 1. 1. Teoria supralapsoriana***

O termo deriva-se das palavras *supra-acima* e *lapsus-fracasso*. Como o próprio termo indica, essa teoria coloca o decreto da eleição *acima*, ou antes, do decreto que permitiu a queda.<sup>4</sup> A ordem seria a seguinte:

1. O decreto para salvar alguns e reprovar a outros.<sup>5</sup>
2. O decreto para criar ambas as classes para esse fim.
3. O decreto para permitir a queda.
4. O decreto para prover a salvação dos eleitos.

### ***1. 1. 2. Teoria sublapsoriana (ou infralapsoriana)***

O termo deriva-se das palavras *sub - abaixo*, *lapsus - fracasso*, *queda*. Como o próprio termo indica, essa teoria ensina que o decreto da eleição é logicamente subsequente ao decreto para permitir a queda.<sup>6</sup> *O decreto da eleição contempla os homens como já caídos.*

A ordem seria a seguinte:

1. O decreto para criar.
2. O decreto para permitir a queda.
3. O decreto para prover a salvação suficiente para todos.

<sup>4</sup> Esta teoria era defendida por Teodoro Beza. Ele afirmava que o decreto divino na eleição antecedeu à queda no pecado.

<sup>5</sup> Os calvinistas se dividem quanto ao problema da reprovação. Alguns dizem que a mesma é *ativa*, dando a entender que Deus condena ativamente a perdição, àqueles que não foram eleitos para a salvação, mas escolhidos ativamente para a perdição. Outros afirmam que a reprovação é *passiva*, isto é, não haveria qualquer decreto divino para a perdição. Deus simplesmente nada faria em relação aos não-eleitos, deixando-os enfrentar os resultados naturais dos seus pecados.

4. O decreto para assegurar a aplicação desta salvação a alguns.

### ***1. 1. 3. Teoria sublapsoriana da expiação limitada***

Essa teoria advoga que tendo o decreto da provisão da salvação referência específica, e única aos eleitos, é limitado em seu propósito e efeito. A ordem seria neste caso, a seguinte:

1. Criar.
2. Permitir a queda.
3. Eleger alguns.
4. Prover salvação para os eleitos.

Esta teoria situa o propósito da salvação dentro do propósito da aplicação e realização. Isto é, Deus resolveu fazer exatamente aquilo que ocorre. Se a expiação é limitada em sua aplicação, foi Deus que resolveu que assim fosse, sendo ela, portanto, limitada em seu propósito. O propósito de Deus deve corresponder ao acontecimento, pois do contrário seu propósito fracassaria. Aquilo que chamamos de expiação limitada, na verdade, é “expiação infinita”, se analisarmos o seu valor em si mesmo. Em sua suficiência, a expiação é capaz de aplicação universal. O propósito de Deus abrange tudo o que a expiação pode alcançar, embora sua aplicação seja limitada àqueles que na sábia escolha de Deus, são os recebedores de sua graça eficaz.

Berkhof argumenta que o conceito reformado acerca da ordem de salvação desenvolve-se sobre a hipótese de que a condição espiritual do homem depende de seu

---

<sup>6</sup> Esta teoria foi adotada pelo Concílio de Dort e advoga que o decreto divino na eleição precedeu e resultou da

estado, ou seja, de sua relação com a lei; e que somente sobre a base da justiça de Jesus Cristo, imputada ao pecador, o homem pode ser livrado da corrupção e da influência destrutiva do pecado. Isto é, o argumento legal predomina sobre o argumento moral. Segundo Berkhoff, “A soteriologia reformada tem como ponto de partida a união estabelecida no *pactum salutis* entre Cristo e aqueles que o Pai lhe deu, por meio do qual há uma imputação eterna da justiça de Cristo aos que são seus”.<sup>7</sup>

Berkhof também acrescenta:

Em relação a esta proeminência do legal sobre o moral, alguns teólogos como Maccovius, A. Kuyper Sr. e A. Kuyper Jr., começam a *Ordo Salutis* com a justificação e não com a regeneração. Fazendo assim, aplicam o termo ‘justificação’ também à imputação ideal da justiça de Cristo aos eleitos no conselho eterno de Deus.<sup>8</sup>

Não obstante, embora a maior parte dos teólogos reformados defenda a imputação da justiça de Cristo no *pactum salutis*, todavia, afirmam a justificação pela fé na ordem da salvação e a classificam como algo que ocorre logo após a fé. Começam a *Ordo Salutis* com a regeneração ou com o chamamento, e desta forma acentuam o fato de que a aplicação da obra redentora de Cristo é desde o princípio uma obra de Deus.

## 1. 2. O Pacto da Redenção e o Pacto da Graça

Com o objetivo de redimir os eleitos por meio de um Redentor, Deus-Pai firma um pacto de redenção com Deus-Filho. Este pacto, embora tendo sido feito na eternidade (*kairós*), se cumpriria no tempo (*chronos*) e na história. Deus-Filho se “humanizaria”, se tornaria o substituto dos eleitos, sofreria a penalidade de seus pecados, cumpriria todas as

---

quedada, com o intuito de curá-la.

<sup>7</sup> Berkhof, 1983, 496.

exigências da lei divina, justificaria (ou absolveria) os eleitos sob a condição da fé, restaurá-los-ia ao favor de Deus, santificá-los-ia completamente e os glorificaria eternamente. Os termos do pacto da redenção são claros. Todo aquele que o Pai desse ao Filho viria a Ele (Jo 6. 37), segundo a vontade do Pai, nenhum deles se perderia (Jo 6. 39). O Pai seria o gestor do processo e o Filho estaria sujeito às suas ordens. Este enviaria o Filho e teria a primazia sobre ele (Jo 8. 42; 10. 29). A primeira “notícia” deste pacto aparece pela primeira vez na história humana por ocasião da queda, na promessa de um Redentor. Ao amaldiçoar a serpente, Deus lhe diz o seguinte: “Porei inimizade entre a tua descendência e o seu *descendente*. *Este* lhe ferirá a cabeça e tu lhe ferirás o calcanhar” (Gn 3. 15).<sup>9</sup>

O pacto da redenção, firmado entre Deus-Pai e Deus-Filho, resultou no pacto da graça, firmado entre o Deus-Triúno e os eleitos. Este pacto tem as seguintes características:

1. Substituiu o pacto das obras<sup>10</sup> no qual o homem fracassou pela queda e, conseqüentemente, todos os eleitos.
2. Ele tem as mesmas características do pacto da redenção: um concerto, com contratantes, condições, promessas e penalidades.
3. A essência é a mesma em todos os períodos: patriarcal, mosaico e cristão. Ele também é válido para todas as épocas. A única coisa que “muda” é a forma de

---

<sup>8</sup> Id. *ibid.*, 496-7.

<sup>9</sup> O termo “descendente” encontra-se no singular. É possível que seja uma referência implícita e específica a Jesus Cristo como o descendente de Eva em vez de toda a raça humana.

<sup>10</sup> O pacto das obras baseava-se no livre arbítrio e vigorou apenas até a queda. Neste período, anjos e seres humanos tinham a total liberdade de escolher entre praticar ou rejeitar as obras, que eram as ações de obediência exigidas pelo Criador. Por causa do uso inadequado do livre-arbítrio, Lúcifer rejeitou o pacto das obras, recusando-se a continuar obedecendo a Deus. Sua rebelião provocou a queda de vários anjos que o seguiram (Jd 6; Is 14. 12-15; Ap 12. 7-9). Desta forma, a primeira transgressão aconteceu no céu com a rebelião de Lúcifer e os anjos decaídos, tendo continuidade na terra com a tentação e queda de Adão e Eva. (Ez 28. 12-19; Gn 3). Ver Confissão de Fé da Igreja Presbiteriana, [1643-1649] 1980, 15.

expressar visivelmente o pacto. A Adão foi feita a promessa de um Redentor e foram instituídos ritos e sacrifícios para pré-figurarem a expiação.

4. A condição é a mesma em todas as épocas onde é afirmada a fé num Redentor vindouro, que tem a mesma função e valor da fé num Redentor que já veio.
5. Cristo é o Redentor em todas as épocas.
6. Os “santos” do Velho Testamento foram salvos, não pelas obras da lei, mas pela graça *mediante* a fé num Redentor vindouro.
7. Os “santos” do Novo Testamento e posteriores ao Novo Testamento foram salvos, não pela fé, mas pela graça *mediante* a fé num Redentor que já veio.

A pergunta 20 de *O Breve Catecismo* sintetiza e ajuda a esclarecer os dois pactos:

“Deixou Deus todo o gênero humano perecer no estado de pecado e miséria? Tendo Deus escolhido alguns para a vida eterna, unicamente por sua vontade, desde toda a eternidade, entrou com eles em um *pacto de graça* para livrá-los do estado de pecado e miséria, e trazê-los a um estado de salvação por meio de um Redentor”.<sup>11</sup>

### 1. 3. A Obrigação Requerida pela Lei de Deus

A obrigação requerida pela lei de Deus é a *obediência perfeita*. Isso porque Deus, como um ser perfeito, não pode requerer menos do que a perfeição na sua lei moral. Desta forma, Jesus diz “Sede vós perfeitos como é perfeito o vosso Pai que está nos céus” (Mt 5. 48); Pedro acrescenta “Está escrito: Sede santos, porque eu sou santo” (1 Pe 1. 16). Fica claro, portanto, que essa lei tem que ser satisfeita em suas mínimas exigências, até a última letra.

<sup>11</sup> O Breve Catecismo da Igreja Presbiteriana, [1643-1649] 1995, 11.

A lei de Deus expressa o seu ser essencial. Todas as leis de Deus estão em harmonia com o direito e a verdade imutáveis. A lei de Deus não pode ser posta de lado, da mesma forma que não podem ser postos de lado os atributos de sua natureza, os quais a lei expressa. Neste sentido, a misericórdia não pode ser exercida em detrimento da justiça, do contrário haveria desarmonia entre os atributos do ser divino. Daí a necessidade de uma expiação que expressasse ao mesmo tempo a justiça e a misericórdia, mantendo a harmonia da natureza divina. Logo, ab-rogar as leis de Deus seria o mesmo que ab-rogar a natureza essencial de Deus.

#### **1. 4. Argumentos Bíblicos da Doutrina da Eleição**

Tanto no Velho como no Novo Testamento, a Bíblia nos apresenta vários argumentos a favor da eleição. Jesus declarou que ninguém pode vir a ele, se o Pai (Deus) não o trouxer (Jo 6. 44). E acrescentou que nós não o escolhemos, mas ele que nos escolheu (Jo 15. 16). Falando aos seus discípulos, Jesus declara que eles foram escolhidos do mundo (Jo 15. 19). Essas palavras não foram dirigidas apenas aos discípulos. Elas se aplicam ao povo de Deus, em todas as épocas, tanto anteriores como posteriores a Jesus. A verdade é que, de uma maneira muito especial, fomos escolhidos por Deus. O mais esplêndido nessa escolha é o fato de que Deus nos conheceu antes da fundação do mundo e nos predestinou para si (Rm 8. 29, 30). Quando ele nos “idealizou” na eternidade, criou “de antemão” as boas obras “para que andássemos nelas” (Ef 2. 10). Fomos eleitos segundo a presciência de Deus “para a obediência” (1 Pe 1. 2). Deus nos elegeu em Cristo antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em amor (Ef 1. 4). Deus nos predestinou para

filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1. 5).

Em Antioquia da Psídia, quando Paulo terminou a sua pregação, os gentios se regozijaram e “creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna” (At 13. 48). O próprio Paulo foi escolhido por Deus “de antemão” para “conhecer” a “vontade” divina, “ver” a Cristo após ter sido glorificado e “ouvir uma voz da sua própria boca” (At 22. 14).

Quando escreve aos romanos, Paulo demonstra uma compreensão sem igual acerca da eleição. Ao referir-se à palavra da promessa dirigida a Rebeca, Paulo diz que Jacó e Esaú “ainda não eram nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já fora dito a ela [Rebeca]: O mais velho será servo do mais moço. Como está escrito: Amei Jacó, porém me aborreci de Esaú” (Rm 9. 11-13). Então, o apóstolo pergunta: “Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum”, responde. A seguir, cita a palavra de Deus dirigida a Moisés, dizendo: “Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia”. Paulo encerra o seu argumento citando a palavra de Deus dirigida a Faraó: “Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que meu nome seja anunciado por toda a terra. Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz” (Rm 9. 14-18). Somos privilegiados porque aprova a Deus ter misericórdia de nós. Portanto, cada um de nós deve alegrar-se por ter sido eleito por Deus desde o princípio para a salvação (2 Ts 2. 13) e pertencer a uma “raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo [...] daquele que nos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (1 Pe 2. 9). A partir das passagens bíblicas estudadas, está bem claro que cada um de nós foi *pessoalmente* escolhido por Deus para a salvação. A eleição não é coletiva, é pessoal.

## 1. 5. A Doutrina da Eleição: Diferentes Conceitos

A doutrina da eleição não é uma especificidade da teologia reformada, mas uma doutrina comum a toda a cristandade. Embora com enfoques diferentes, a maior parte das denominações evangélicas tem a sua própria teoria sobre a doutrina da eleição. Apresentamos, a seguir, algumas das diferentes concepções sobre a doutrina da eleição as quais representam, em si mesmas, as leituras e interpretações de diferentes grupos religiosos, tanto reformados como evangélicos.

### 1. 5. 1. Eleição condicional

Esta teoria era defendida pelos socinianos,<sup>12</sup> os quais afirmavam que Deus não pode saber previamente as *ações incertas* dos homens. Advoga que a eleição está inteiramente condicionada a fé e uma vida de santidade. O decreto de Deus determina *apenas* salvar o crente e condenar o descrente, recompensar o justo e punir o mau. Deus determina somente *o que* salvar, *porque* salvar, *onde* salvar e *como* salvar, mas não determina *quem* será salvo. A condição do decreto é satisfeita pela vontade *indeterminada* do homem.

Esta teoria tem alguns pontos fracos:

---

<sup>12</sup> O socinianismo foi um movimento heterodoxo que surgiu em resultado do trabalho e influência de Laélio e Fausto Socínio, que se desviaram dos ideais do protestantismo. Lançou raízes primeiramente em Racov, na Polónia, tendo sido organizado em 1556 como a Igreja Reformada Menor da Polónia. O documento isolado mais famoso do movimento foi o *Catecismo Racoviano*, publicado em 1605. Os socinianos rejeitaram a doutrina trinitariana do *Credo Niceno*, afirmaram o unitarismo, e repeliram as idéias acerca da predestinação, pecado original, expiação por substituição legal ou penal, e a justificação pela fé. Defendendo uma forma de salvação pelas obras, o movimento demonstra certas afinidades com o arianismo, o pelagianismo e o cristianismo humanista de Erasmo de Roterdã. O movimento foi suprimido em Racov em 1638 e em toda a Polónia em 1658. Os socinianos foram exilados e fixaram-se na Transilvânia, Prússia oriental e Holanda. Da Holanda, alguns adeptos migraram para a Inglaterra onde fundaram, em 1774, a primeira igreja unitária ou sociniana. Até hoje persiste a denominação, embora com pouca influência. Ver E. F. Harrison (ed.). *Baker's Dictionary of Christian Theology*. [s.l., s.n.], 1960; Vergilius Ferm (ed.). *Encyclopedia of religion*. [s.l., s.n.], 1964.

1. Se alguma coisa é indeterminada não pode ser prevista. Uma eleição que depende das condições humanas perde totalmente o sentido de soberania divina e, portanto, os eleitos escapam ao conhecimento de Deus.
2. As Escrituras ensinam que o decreto divino é *imutável*, mas a vontade e condição humanas são *mutáveis*. O Senhor diz: “Anuncio o fim desde o princípio, e desde a antigüidade as coisas que ainda não sucederam [...] o meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade” (Is 46. 10).
3. A fé é “dom de Deus”; e, em sendo dom de Deus, não pode desvincular-se do decreto de Deus.

### ***1. 5. 2. Eleição com objetivo limitado***

Esta teoria não enfatiza a base ou condição do decreto, mas a sua extensão, o *terminus ad quem*. Advoga que o decreto de Deus na eleição restringe-se a grupos étnicos ou nações que adquirem o conhecimento do evangelho e passam a ter acesso aos seus privilégios externos. O arcebispo Whately, simpático a esta teoria, declarou certa vez que “eleição é a escolha de certos indivíduos para o privilégio de serem membros da *igreja externa* e de gozarem os meios de graça”.<sup>13</sup> Corroborando esta idéia, John Milton afirmava que “não há predestinação ou eleição particular, mas apenas geral”.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Citado por Clark, 1985, 237. John Milton (1608-1674) foi um poeta inglês que se notabilizou pelos seus poemas épicos intitulados *Paraíso Perdido* e *Paraíso Recuperado*. Sua principal obra teológica foi *De Doctrina Christiana*. Ele rejeitava vigorosamente a predestinação calvinista e defendia arduamente a idéia do livre-arbítrio humano. Para ele, o livre-arbítrio é um dom de Deus, e não apenas um dote natural. O livre-arbítrio é um dom da graça divina, que disponibiliza a salvação ao alcance de todos. Como a liberdade era um tema importante na época de Milton, ele se faz presente tanto na sua poesia como na sua teologia. Milton defendia a idéia de que somente através da verdadeira liberdade um homem pode obter um caráter humano bem formado. Para isso, o homem deve experimentar tanto o bem quanto o mal, aprendendo a escolher o bem e a rejeitar o mal.

### 1. 5. 3. Arminianismo

Os primeiros arminianos advogavam que *a eleição é geral e não pessoal*; que o decreto da eleição não se refere a indivíduos, mas consiste no propósito de Deus para salvar os crentes como uma classe. Os arminianos modernos ensinam que a *fé* e as *obras previstas* são à base da eleição, isto é, Deus, em seu soberano propósito, pré-determinou a *fé* para ser praticada e, de antemão, preparou as boas obras para serem executadas coletivamente. Segundo eles, a predestinação é apenas uma *previsão* da fé e boas obras para uma *provisão* da salvação coletiva. Para tanto, lançam mão de algumas passagens bíblicas para sustentar seus argumentos. Por exemplo: “Os que *dantes conheceu* também os predestinou” (Rm 8. 29); “Eleitos segundo a *presciência* de Deus” (1 Pe 1. 2). Isto é, aqueles *cuja fé*, Deus conheceu de antemão foram predestinados.

Como bons calvinistas, sabemos perfeitamente que a passagem de Romanos se refere ao conhecimento que Deus tem das *peessoas* a quem ele elegeu, e não à previsão da fé como base da eleição. *A passagem não diz que a fé prevista é base da eleição, mas somente que Deus conheceu de antemão os indivíduos a quem ele havia de estender a graça da eleição.* Nesta passagem, a expressão “dantes conheceu” (no grego, *proégno*) não tem um sentido comum, mas especial. Significa “conhecer previamente e agradar-se”, “conhecer como seu”. Difere do verbo *oída*, que significa simplesmente “conhecer”. Paulo empregou esse verbo com o mesmo sentido que Cristo empregará quando disser aos perdidos: “Nunca vos *conheci*” (Mt 7. 23; 25. 12). É óbvio que o Deus Onisciente sabe da existência dos perdidos, apenas não os conhece como seus. O fato é que o arminianismo não deixa espaço para a presciência. Como pode Deus *prever* sem primeiro *determinar*? *A presciência se*

---

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, 237.

baseia na *predeterminação*. Se Deus *pré-sabe*, é porque ele já *pré-determinou*. Nada pode ser previsto a não ser que esteja determinado com certeza. Segundo o arminianismo, o homem é que elege a si mesmo mediante a sua fé e obras já previstas, não sendo, portanto, Deus o autor da eleição. *Se a eleição depende da fé e das obras humanas, então o homem é o agente da sua própria eleição.*

As Escrituras atribuem a eleição exclusivamente a Deus. Nesse caso, a salvação das crianças, dos loucos, dos insanos, dos “ignorantes” da palavra de Deus, depende exclusivamente da escolha divina e não da fé e obras previstas. Nós cremos e praticamos as obras porque fomos eleitos por Deus para a salvação, mas não fomos eleitos para a salvação porque cremos e praticamos as obras. *A eleição não é uma consequência da fé e das obras, mas a fé e as obras são uma consequência da eleição.* É óbvio que isto não isenta o pecador da sua responsabilidade diante de Deus. Deus criou seres humanos, não autômatos. Ele deu-nos “liberdade” e “poder” de decisão. Mas determinou que essa liberdade deveria ser exercida com responsabilidade. Portanto, temos a liberdade de decidir, de escolher entre praticar as boas obras ou não. Deus não nos deu o direito de optar por *uma natureza sem pecado*, como fez com Adão, mas nos deu o direito de optar por *uma vida sem a prática do pecado*. Mas se somos essencialmente maus, como desejaríamos praticar o bem? Somente através da ação *primeira* do Espírito Santo em nossos corações despertando a vontade de obedecê-lo, “porque Deus é quem efetua em *nós* tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2. 13).

O arminianismo apresenta algumas ambigüidades teológicas. Embora os arminianistas atribuam a Deus a obra de salvação, na prática, terminam condicionando a salvação às obras e atitudes humanas, dando a entender que Deus disponibiliza a salvação para o homem, cabendo a ele aproveitá-la. Na sua opinião, a expiação de Cristo é uma

oblação e satisfação pelos pecados do mundo inteiro, ou seja, pelos pecados de cada indivíduo que compõe a raça humana. Os arminianistas também negam que a culpa do pecado de Adão é imputada a todos os seus descendentes, e que o homem é por natureza totalmente depravado e impotente para fazer algum bem espiritual. Embora afirmem que a natureza humana está corrompida e deteriorada devido à queda, também argumentam que o homem pode, por natureza, fazer o que é espiritualmente bom e voltar-se para Deus, mas devido as suas tendências ao mal, perversidade e pecaminosidade da sua natureza, Deus o auxilia através da sua graça suficiente que é oferecida a todos os homens a fim de capacitá-los a alcançar a plenitude das bênçãos espirituais e, por último, a salvação.

Com o aparecimento do metodismo preconizado por João Wesley (1703-1791), que era amigo pessoal do calvinista George Whitefield (1714-1770), o arminianismo começou a apresentar sinais de dissidência. Segundo Berkhof, “os chamados *Wesleyanos* ou *arminianistas evangélicos* não concordam totalmente com o arminianismo do século XVII. Embora sua posição demonstre mais afinidade com o calvinismo que o arminianismo original, não deixa de ser inconsistente”.<sup>15</sup> No dizer de Berkhof, os *arminianistas evangélicos* admitem que a culpa do pecado de Adão é imputada a todos os seus descendentes, mas ao mesmo tempo sustenta que todos os homens estão justificados em Cristo e que esta culpa é eliminada por si só no ato do nascimento.<sup>16</sup> Também admitem a depravação moral do ser humano em seu estado natural, mas enfatizam que não existe homem em tal estado visto que há uma aplicação universal da obra de Cristo por meio do Espírito Santo, mediante a qual *o pecador está capacitado a cooperar com a graça de Deus*. O arminianismo evangélico enfatiza a necessidade de uma obra *sobrenatural* da graça (mais que física) para renovar e santificar o pecador. Além disso, ensina a *doutrina da perfeição cristã* ou da *santificação*

---

<sup>15</sup> Berkhof, 1983, 502.

*completa na vida presente.* Este é o tipo mais comum de arminianismo encontrado na *Igreja Metodista* e em outros grupos evangélicos, especialmente, em muitas igrejas da atualidade que não têm denominação.

#### **1. 5. 4. Luteranismo primitivo**

Devido à diversidade de opiniões entre os próprios teólogos luteranos, não é muito fácil apresentar o seu conceito sobre a eleição. Essa diversidade já começa na sua base doutrinária. Para se ter uma idéia, o movimento luterano reconhece nove diferentes credos como expressões da verdade bíblica. São eles: o *Credo dos Apóstolos*, o *Credo Niceno*, o *Credo Atanasiano*, a *Confissão de Augsburgo*, os *Artigos de Schmalkald*, a *Fórmula de Concórdia*, uma apologia da *Confissão de Augsburgo*, escrita por Melanchton, e dois catecismos escritos por Lutero (o grande e o pequeno). Os luteranos, embora reconheçam a *Fórmula de Concórdia* como seu credo, também aceitam, com várias ênfases, a autoridade dos demais escritos. Clark assevera que “Lutero aceitou o ponto de vista de Agostinho sobre a predestinação [e...] Melanchton tinha as mesmas idéias no princípio; depois se inclinou para o sinergismo”.<sup>17</sup>

A *Fórmula da Concórdia* faz a seguinte abordagem sobre a eleição:

---

<sup>16</sup> Id. *ibid.*, 502.

<sup>17</sup> Clark, 1985, 240. A expressão “sinergismo” advém da junção de duas palavras gregas *sin* (com), e *ergazomai* (trabalhar), dando origem ao verbo composto *sinergeo* (cooperar, trabalhar com). Teologicamente, esta expressão significa que a salvação é o resultado final de um esforço cooperativo do indivíduo com Deus. Esta teoria era defendida por Pelágio (c. 400 d.C.), o qual afirmou que o ser humano tem total competência para cumprir a lei de Deus. Na sua opinião, a salvação depende muito mais das obras humanas do que da fé. Agostinho opôs-se vigorosamente a ele, enfatizando a fé e a graça como agentes da salvação. Mas a semente do pelagianismo frutificou e deu origem ao semipelagianismo que ensina que o homem não pode receber a graça divina se não estiver condignamente preparado com fé, esperança e amor. Esse ensino tornou-se generalizado na Idade Média, e hoje faz parte da doutrina oficial da *Igreja Católica Romana*. O oposto a *sinergismo* é *monergismo*. Há duas visões monergísticas. A primeira afirma que o ser humano torna-se merecedor da salvação a partir dos seus próprios esforços; a segunda afirma que o Espírito santo faz tudo, sem qualquer participação humana. Na primeira, Deus é passivo e o homem é ativo, e na segunda, Deus é ativo e o homem é passivo.

1. Nega a doutrina da eleição absoluta, mas admite que existe eleição embora não exista nada em nós mesmos que seja a causa da eleição.
2. Ensina a inabilidade espiritual do homem e que o Espírito Santo é o único agente da regeneração; mas que *a graça de Deus pode ser eficazmente resistida*.
3. Os salvos não resistem, mas *os perdidos resistem eficazmente a graça oferecida*.

Os luteranos tentam explicar as dificuldades do credo afirmando que embora o homem decaído não tenha habilidade espiritual (*librum arbitrium in spiritualibus*), conforme ensinam o semipelagianismo e o sinergismo, tem, entretanto, habilidade natural (*librum arbitrium in civilibus*). A habilidade natural expressa-se através da capacidade de ler e ouvir a palavra de Deus, receber os sacramentos, usar os meios de graça, etc. E estes meios de graça têm tal poder sobrenatural em si mesmos que produzem efeito salvador sobre todos os que não resistem à sua influência. Desta forma, o emprego de poderes naturais enseja a cooperação humana como *causa eficiente (parte hominis)* da salvação, ao passo que a graça divina é a *causa eficaz (parte Dei)* da salvação.

### 1. 5.5. Luteranismo posterior

Os teólogos luteranos posteriores abandonaram o ponto de vista *da Fórmula da Concórdia* porque, segundo eles, atribui a mais elevada eficiência espiritual a um poder não espiritual em sua natureza, embora mediante o uso dos meios de graça. Esses teólogos ensinam que a liberdade de escolha é restaurada pelo poder da graça mediante o uso dos meios de graça. Readquirida esta liberdade de escolha, o ser humano tem de decidir-se entre ficar com Cristo e rejeitar a Cristo. O principal representante foi Isaac August Dörner (1809-1884). Ele foi um eminente teólogo luterano alemão, que ensinou nas universidades de Tübingen, Kiel, Königsberg, Bonn, Göttingen e Berlim. escreveu obras valiosas como *The History of the Development of the Doctrine of the Person of Christ*,<sup>18</sup> *The History of Protestant Theology*<sup>19</sup> e *Christlich Glaubenslehre*.<sup>20</sup> Dörner é considerado um dos teólogos posteriores mais influentes do luteranismo. Suas principais idéias são:

1. Por causa da queda, o ser humano ficou sob a escravidão do pecado. Isto o destituiu da liberdade da vontade (livre-arbítrio) ou liberdade de decisão.
2. Com os seus poderes naturais e sem o auxílio da graça, o ser humano não poderá *decidir-se* em favor de Cristo.
3. O primeiro objetivo da graça é restaurar a liberdade da vontade de modo que o ser humano possa *decidir-se* por Cristo.
4. Mediante o conhecimento e as persuasões do evangelho e por meio das operações do Espírito Santo, o ser humano é restaurado à sua liberdade.

<sup>18</sup> A História do Desenvolvimento da Doutrina da Pessoa de Cristo.

<sup>19</sup> A História da Teologia Protestante.

<sup>20</sup> História da Fé Cristã.

5. Uma vez recebida esta liberdade, mediante a graça sobrenatural, o ser humano está agora habilitado a *decidir-se* por Cristo.
6. A eleição é geral e não particular, e determina a que nações e indivíduos o evangelho é enviado.
7. Os “chamados” são todos aqueles que são chamados para a salvação e, como tais, são separados ou eleitos para crerem e serem salvos.

### ***1. 5.6. Calvinismo***

Ensina que a base da eleição é a vontade soberana de Deus. Este ponto de vista é sustentado pelos presbiterianos, pelos reformados, pelos batistas particulares da Inglaterra, pelos metodistas de Gales, sendo também a doutrina ensinada nos *Trinta e Nove Artigos* da Igreja Anglicana.

A opinião de Calvino está expressa nas *Institutas*. Ali, ele “dispara sua artilharia” contra os adeptos do livre-arbítrio. Critica a inconveniência da própria expressão “livre-arbítrio”, e usa o termo grego *ethelódoulos* (escravo por querer; escravo por vontade), mostrando que a vontade humana está amarrada ao pecado.<sup>21</sup> Para Calvino, o ser humano está privado de liberdade da vontade e reduzido a mísera servidão, em contraste com a visão dos filósofos antigos que afirmavam que a vontade humana é livre e soberana.<sup>22</sup>

Calvino também critica os patrísticos que aderiram a visão sinérgica. Ele cita negativamente a declaração de Crisóstomo que disse: “[...] Deus pôs em nosso poder o bem e o mal, deu-nos o livre-arbítrio da escolha e, quando não queremos, não nos força, quando,

<sup>21</sup> As *Institutas* 1536 (1985). Ver II. 2. 7.

<sup>22</sup> *Id.*, *ibid.* Ver II. 2. 1.

porém, queremos, abraça-nos”.<sup>23</sup> Cita também Jerônimo que disse: “Nosso é o começar, de Deus, porém, o terminar: nosso, oferecer o que podemos, dEle prover o que não podemos”.<sup>24</sup> Calvino discorda veementemente de todas essas afirmações, e se apóia em Agostinho e outros patrísticos para fortalecer seus argumentos contra o livre-arbítrio para a salvação e defender a soberania absoluta de Deus na salvação através da eleição.<sup>25</sup> Ele cita a declaração de Agostinho<sup>26</sup> que o ser humano tem apenas o *arbítrio* para pecar. Calvino diz:

[...] sem o Espírito a vontade do homem não é livre, uma vez que há sido sujeita a desejos que a acorrentam e a dominam. De igual modo, vencida a vontade pela depravação em que caiu, começou a natureza humana a carecer de liberdade. Também usando mal o livre-arbítrio, o homem não somente a si mesmo se perdeu, mas ainda a seu arbítrio.<sup>27</sup>

Este ponto de vista é, posteriormente, reafirmado pelos teólogos de Westminster, que escreveram a nossa *Confissão de Fé*:

O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso. [...] Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua natural escravidão ao pecado e, somente pela sua graça, o *habilita a querer e fazer com toda liberdade o que é espiritualmente bom*, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção, ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.<sup>28</sup>

Calvino faz, também, uma exposição da doutrina da eterna eleição, pela qual Deus predestinou alguns para a salvação e outros para a perdição. Ele diz:

<sup>23</sup> Id., ibid. Ver II. 2. 4.

<sup>24</sup> Id., ibid. II. 2. 4. A citação de Jerônimo está na obra *Dialogus Contra Pelagianos*, livro III, cap. I (PLM, vol. XXIII, 569).

<sup>25</sup> Agostinho (345-450) escreveu as obras *Cidade de Deus* e *Confissões*. Ele enfrentou em 416, no concílio de Cartago, os pelagianos que ensinavam que o homem não sofreu nenhuma consequência com a queda; diziam que o homem não está enfermo e nem morto em seus delitos e pecados; o homem pode, por si mesmo, decidir entre o bem e o mal, podendo aceitar ou não a salvação porque é livre. Agostinho, fundamentado nas Escrituras, derrota as teses pelagianas.

<sup>26</sup> Loc. cit. Ver II. 2. 8.

<sup>27</sup> Id., ibid. Ver II. 2. 8.

<sup>28</sup> Op. cit., 20-1.

Chamamos predestinação o eterno decreto de Deus pelo qual houve em si por determinado quê acerca de cada homem quisesse acontecer. Pois, não são criados todos em igual condição; pelo contrário, a uns é *preordenada* a vida eterna, a outros a eterna danação. Portanto, como criado foi cada qual para um ou outro desses dois fins, assim o dizemos *predestinado* ou para a vida ou para a morte.<sup>29</sup>

Os teólogos de Westminster confirmam o mesmo ponto de vista como podemos observar na nossa *Confissão de Fé*, que diz o seguinte:

Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são *predestinados* para a vida eterna e outros *preordenados* para a morte eterna. [...] Esses homens e esses anjos, assim *predestinados* e *preordenados*, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído.<sup>30</sup>

Calvino afirma que a Escritura mostra claramente que Deus, no seu eterno e imutável desígnio, determinou, de uma vez por todas, salvar aqueles que há muito “quereria receber para sempre à salvação”, e condenar aqueles que há muito “quereria devotar à perdição”.<sup>31</sup> Segundo ele, Deus estabeleceu a *vocação* como o testemunho da eleição, a *justificação* como o sinal da manifestação da eleição, e a *glorificação* como marco da consumação da eleição. Fica claro, portanto, no dizer de Calvino, que *fomos eleitos para sermos santos, não porque somos santos; para praticarmos as boas obras, não pelas nossas boas obras; para conquistarmos méritos, não pelos nossos méritos.*<sup>32</sup> A evidência imediata da nossa eleição para a salvação é a *vocação eficaz*.<sup>33</sup>

Naturalmente, existem algumas objeções arminianistas à concepção calvinista sobre a eleição. Todavia, os calvinistas respondem a todas as objeções. Vejamos as objeções arminianistas e as respostas calvinistas de maneira sistemática:

<sup>29</sup> Id., *ibid.* Ver III. 21. 5. Calvino emprega os verbos *preordenar* e *predestinar* com o mesmo sentido.

<sup>30</sup> *Loc. cit.*, 7- 8.

<sup>31</sup> As Institutas. III. 21. 7.

<sup>32</sup> Id., *ibid.* III. 22. 3.

<sup>33</sup> Confissão de Fé da Igreja Presbiteriana, [1643-1649], 1980, 9.

***Objeção arminianista***

A eleição nos moldes calvinistas é incompatível com a livre-agência ou liberdade de ação humana.

***Resposta calvinista***

A eleição não viola o livre agir do ser humano. Este é um livre-agente apenas em sua oposição a Deus, desobediência e rebeldia, mas não é livre-agente na sua regeneração. Sem contar que Deus tem o poder de induzir o ser humano a cumprir a sua vontade sem constrangê-lo, forçando sua livre-agência.

***Objeção arminianista***

A eleição nos moldes calvinistas apresenta Deus como parcial em sua maneira de tratar os seres humanos.

***Resposta calvinista***

Deus não trata a todos no mesmo pé de igualdade. Ele concede sua *graça comum* a todos, mas sua *graça especial* é apenas para os eleitos. Sabendo-se que desde a queda e o fracasso do pacto das obras, nenhum ser humano tem qualquer direito ou mérito diante de Deus. Ele faz o que quiser daquilo que é seu (Mt 20. 15).

***Objeção arminianista***

A eleição nos moldes calvinistas é injusta para com os não eleitos.

***Resposta calvinista***

Se Deus lançasse mão da sua justiça, ele condenaria a todos. Deus não tem obrigação de salvar ninguém. Toda salvação é pura misericórdia; toda condenação é simples justiça.

***Objecção arminianista***

A eleição nos moldes calvinistas apresenta Deus como agindo arbitrariamente e sem razão.

***Resposta calvinista***

Deus não condena simplesmente porque quer condenar. Sua vontade seria salvar a todos, mas por alguma razão não o fez. Os reprovados não são condenados simplesmente por arbitrariedade divina, mas por suas próprias iniquidades.

***Objecção arminianista***

A eleição particular defendida pelos calvinistas é incompatível com o oferecimento do evangelho a todos.

***Resposta calvinista***

O evangelho é uma expressão da *graça especial* de Deus. Essa graça não é para todos, assim como a fé, também, não é de todos.<sup>34</sup>

Conclui-se, então, que a doutrina da eleição nos moldes calvinistas é a que apresenta maior coerência bíblico-teológica devido aos seguintes fatos:

1. É fundamentada nas Escrituras.
2. As Escrituras falam de uma eleição feita por Deus, desde toda a eternidade.
3. O decreto da eleição contempla a raça como já caída, e tira o pecador de um estado de pecado e miséria, para a salvação.
4. Qualquer teoria que substitua a escolha de Deus por uma doutrina que faz o homem eleger-se a si mesmo está em desacordo com as Escrituras.

---

<sup>34</sup> O evangelista Rowland Hill foi criticado por defender a eleição e, entretanto, exortar os pecadores ao arrependimento; disseram-lhe que devia pregar somente aos eleitos. Ele respondeu que “se seus críticos colocassem um sinal sobre os eleitos, ele pregaria somente a estes”. Citado por Clark, loc. cit., 248.

5. Assim como o ser humano não escolhe onde e quando nascer, quem serão os seus pais, como será educado, também não escolhe ser salvo.
6. A salvação do ser humano depende da escolha exclusiva e absoluta de Deus, que é operacionalizada através da eleição.
7. Se a salvação dependesse do próprio ser humano e não de Deus, ninguém jamais seria salvo, e o sacrifício de Cristo teria sido em vão.
8. Se os infantes, os loucos, os ignorantes, os incapazes são salvos, só o podem ser pela eleição direta e soberana de Deus que escolhe essas pessoas.
9. A iniciativa no processo de salvação é sempre de Deus, nunca do ser humano.

Observou-se, neste primeiro capítulo, que o ser humano não é proprietário do seu destino nem sujeito autônomo da sua história. Ele está sob o juízo divino e seu único mérito é a justa condenação eterna. Entretanto, Deus, em seu grande e infinito amor, elaborou um plano de salvação na eternidade, elegendo alguns para a salvação e preordenando os meios para que a salvação se concretizasse. Mas como esta salvação foi operacionalizada ao longo da história? É o assunto do próximo capítulo.

## 2 - A OBRA DE CRISTO NA REDENÇÃO

### 2. 1. O Cenário Histórico-Religioso da “Plenitude do Tempo”

O apóstolo Paulo diz que “vindo, porém, a *plenitude do tempo*, Deus enviou o seu Filho” (Gl 4. 4). Esta declaração de Paulo é muito significativa. Principalmente porque nos dias de Jesus o Judaísmo estava fragmentado e não mais atendia às necessidades espirituais da população. Havia um misto de religiosidade acrescida de um acentuado nacionalismo. A nação judaica permanecia sob o jugo de Roma e aguardava o dia em que o Messias viria resgatá-la. Havia quatro grupos predominantes:

#### 2. 1. 1. *Fariseus*

Apareceram, pela primeira vez, como um grupo distinto, pouco depois da revolta dos Macabeus em cerca de 140 a.C. No início, constituíam um grupo reformador que tencionava purificar e defender a religião ortodoxa. Eram os “porta-vozes” das opiniões da maioria das massas populares, embora sendo um grupo minoritário. Com o passar dos anos, foi acrescentado às suas doutrinas um grande contingente de práticas e rituais legalistas. Eles escreviam a *Toráh* em suas túnicas e andavam com caixinhas penduradas nas roupas contendo textos das Escrituras.

### ***2. 1. 2. Saduceus***

Ao contrário dos fariseus, os saduceus surgiram dentro da aristocracia sacerdotal. Suas ideologias eram absolutamente exclusivistas, e não atendiam aos anseios da população. Eles viviam debatendo questões religiosas e gostavam tanto de discussões que julgavam ser uma virtude debater com os seus próprios mestres.

### ***2. 1. 3. Essênios***

Era uma ordem monástica judaica e religiosa extremamente ascética. Eles tinham uma disciplina mais rigorosa que a dos fariseus e saduceus. Possuíam hábitos religiosos muito duros e aplicavam pesadas penas naqueles que erravam, dentre elas a de banimento. Proclamavam-se os filhos da luz e consideravam-se mais santos que todos os outros; viviam separados da sociedade judaica e reuniam-se em cavernas e lugares isolados na comunidade de *Qumran*, na região do mar morto.

### ***2. 1. 4. Zelotes***

Eram um partido político com muito colorido religioso. Eles não hesitavam em usar da força, da violência e das intrigas para atingirem seus objetivos. Sua finalidade precípua era libertar Israel do jugo estrangeiro. Eles se destacavam pelo zelo fanático quanto às questões nacionalistas. Eram os guardiões da lei e da justiça, e matariam, se necessário, todos os que se atrevessem a tentar frustrar seus ideais. Sentiam-se obrigados a repelir qualquer domínio estrangeiro sobre Israel, certos de que se não o fizessem, estariam traindo a

causa do Senhor. Sua convicção era que Deus só iria intervir na história e estabelecer o reino messiânico se os judeus rejeitassem claramente qualquer governo que estivesse competindo com o governo divino e desviando os ideais da teocracia. Por essa razão, recusavam-se a pagar impostos, fustigavam e assassinavam oficiais do governo, combatiam o uso do idioma grego na Palestina (o que lhes parecia um símbolo da influência e da dominação pagã sobre Israel). Devido seu grande fervor espiritual, sentiam-se no direito de predizer que estava próximo o tempo da salvação, não se referindo à salvação espiritual, mas do domínio romano. Todos esses grupos defendiam ardentemente suas idéias, mas nenhum deles exercia qualquer influência prática no contexto histórico, tanto local como global.

No nível global, a situação não era muito diferente da de Israel. Na área religiosa, a velha mitologia greco-romana tinha perdido quase toda a sua influência, tanto entre as pessoas cultas como as pessoas comuns. A busca incessante das massas por idéias e crenças que trouxessem mais satisfação à alma possibilitou o aparecimento de várias religiões representadas por irmandades das procedências mais variadas. Da Grécia veio o Orfismo, que ensinava doutrinas de salvação e vida depois da morte; da Frígia veio o culto à mãe dos deuses e o culto a Attis; e do Egito veio o culto a Ísis com Serápis ou Osíris. Essas religiões começavam a exercer certa influência na vida do povo diante da falência objetiva das religiões tradicionais. O Judaísmo ainda era a melhor religião existente, mas seu exclusivismo e preconceito racial restringiam a religião apenas aos judeus. Eles eram contrários a obra missionária de *judaização* dos gentios, iniciada durante o cativeiro e, principalmente os fariseus, se opunham ferreamente a idéia de que o Deus Jeová poderia ser também o Deus dos gentios. O grande movimento filosófico grego havia perdido a sua força, e a *Verdade Suprema* ainda não havia sido encontrada. Duas correntes filosóficas - o Epicurismo e o Estoicismo - estavam muito em voga no império romano durante os primeiros anos do

Cristianismo. Mas nenhuma delas satisfazia as pessoas quanto às questões fundamentais e urgentes, como as questões do pecado e da vida futura, que eram sua maior preocupação.

Mas, se por um lado havia uma profunda crise religiosa e filosófica de caráter universal, por outro lado havia uma forte unidade política e social, imposta pelo Império Romano. Essa unidade abrangia todos os países fora das fronteiras de Roma. Na Sua soberania, Deus providenciou três povos fundamentais para preparar o advento do Cristianismo e a formação da Igreja: gregos, romanos e Judeus. Os três povos haviam dado sua contribuição, em épocas diferentes da história, criando as condições da sociedade em que Jesus Cristo apareceu e realizou suas primeiras conquistas. Cada povo no seu tempo, pela Providência divina. Os romanos eram os senhores do mundo e suas regiões incluíam todas as terras que seriam alcançadas pelo Cristianismo durante os três primeiros séculos da era cristã. As rebeliões eram facilmente controladas pelos exércitos de César e em todos os países conquistados. Roma impunha uma cultura superior e designava governadores para as regiões conquistadas. Realizava melhorias sociais, sem levar a população cativa, como os impérios do passado. O imperador era adorado como um deus. Os romanos unificaram todos os povos, pondo fim as guerras e estabelecendo uma paz universal (*Pax Romana*), facilitando, posteriormente, a divulgação do Cristianismo a todos os países sob o seu domínio.

Os gregos haviam exercido o domínio cultural por serem detentores da vida intelectual mais vigorosa e mais desenvolvida no mundo. Problemas sobre os quais os homens sempre cogitavam: a origem e significado do mundo, a existência de Deus e do homem, o bem e o mal, enfim, tudo o que se relacionava com as pesquisas filosóficas foi objeto de meditação dos gregos como de nenhum outro povo. Isto induzia os demais povos a pensarem. Durante a dominação grega, eles haviam disseminado uma língua universal

chamada *Koinê* ou dialeto comum; um grego que seria falado por todos os povos. Isso possibilitou, mais tarde, a pregação do evangelho a todos os povos.

Os judeus constituíam o povo divinamente indicado para mordomos da verdadeira religião. Sua missão tinha sido receber de Deus uma revelação especial a respeito do próprio Deus e da sua vontade. Eles receberam esses ensinamentos de maneira progressiva e o preservaram na sua pureza e integridade.

Foi nesse contexto repleto de transformações que Jesus Cristo iniciou seu ministério. O mundo antigo havia sido preparado para a vinda de Jesus. Ele veio na plenitude dos tempos, quando as respostas do intelecto e da religiosidade não mais satisfaziam os anseios da humanidade. Ele apareceu em um tempo propício para formar sua Igreja e anunciar o evangelho por toda a terra. Todas as coisas tinham sido dispostas de tal modo, pelas mãos de Deus-Pai, que a vinda de Deus-Filho obteve pleno êxito.<sup>35</sup>

## **2. 2. A Encarnação do Verbo Redentor**

No tempo de Herodes, o Grande (37-4 a.C.), nasceu Jesus, na pequena Belém Efrata, tribo de Judá. Sua linhagem era proveniente de Enos, Noé, Sem, Abraão, Isaque, Jacó, Judá, Davi, Salomão, Josias, Zorobabel. Ele era o legítimo herdeiro do trono de Israel: o rei dos judeus.

Em João 1. 1, 2 está escrito “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus; e o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade”. A expressão *Verbo* no original grego é *Logos*, e literalmente, significa *Palavra*. O termo *Logos* representa a Palavra viva de Deus. A antiga Palavra que se manifestou em

Gênesis 1. 1-3, na criação, dando origem a todas as coisas, agora se materializa, transformando-se em carne; humaniza-se e vem habitar na terra entre os homens. Em Jo. 1. 14, a expressão *habitou* no original grego é *eskeniosen*, sendo uma variante do vocábulo grego *skene* que significa “tabernáculo, tenda, especialmente o templo portátil de Israel no deserto que serviu de modelo ao templo em Jerusalém e era símbolo das realidades celestes”. O tabernáculo representava a presença ambulante de Deus no meio do povo de Israel. Desta forma, a expressão “habitou” está relacionada à antiga idéia do tabernáculo existente no Velho Testamento e, no Novo Testamento, passa a ter o sentido de “tabernacular”, representando a presença ambulante de Deus no meio do povo. Nesse sentido, o *Logos*, o Verbo Redentor, humanizou-se; fez-se carne e *tabernaculou* entre nós.

Em torno da encarnação de Cristo há algumas verdades bíblicas incontestáveis. São elas: preexistência, messianidade, encarnação, humilhação,<sup>36</sup> morte, ressurreição, ascensão, sua permanência à mão direita de Deus e sua vinda para julgar vivos e mortos no último dia.

### 2. 3. A Impecabilidade de Cristo

Há duas expressões latinas que buscam esclarecer a relação de Cristo com o pecado. A primeira é *posse non peccare* (poder não pecar), e a outra é *non posse peccare* (não poder pecar). É crença universal que Cristo era impecável, isto é, não tinha pecado e não podia ser vencido pelo pecado. Ele era inocente e puro. Mas nem todos concordam quanto à

---

<sup>35</sup> Nichols, 1981, 5.

<sup>36</sup> Ver pergunta 27 de *O Breve Catecismo*: “Em que consistiu a humilhação de Cristo? A humilhação de Cristo consistiu em ele nascer, e isto em condição baixa, feito sujeito à lei, em sofrer as misérias desta vida, a ira de Deus e amaldiçoada morte de cruz, em ser sepultado, e permanecer debaixo do poder da morte durante certo tempo”. Loc. Cit, [1643-1649] 1995, 15.

sua impecabilidade. Alguns afirmam que a tentação implica a possibilidade de pecar. Se pecar era algo impossível para Cristo, então a sua tentação foi irreal. Se pensarmos assim, também chegaremos a afirmar que Deus poderia ser vencido por Lúcifer por ocasião da rebelião cósmica que provocou a primeira queda. Satanás é extremamente ousado e capaz de envolver-se em uma batalha que ele bem sabe que não tem a mínima chance de vencer. Isto porque ele não tem mais nada a perder.

Impecabilidade não significa que a tentação não podia apelar para Cristo, mas que esta não podia vencê-lo. E este fato era devido ao apoio da sua natureza divina. Se o Cristo teantrópico (divino-humano) cedesse à tentação e caísse no pecado, sua natureza divina estaria envolvida na culpabilidade humana. Cristo sofreu todas as tentações no nível humano. Em Mateus 4. 2-3, está escrito que “depois de jejuar quarenta dias e quarenta noites, *teve fome*. Então o tentador, aproximando-se, lhe disse: Se és Filho de Deus, *manda que estas pedras se transformem em pães*”. Pode-se observar que a primeira tentação sofrida por Cristo foi a fome, que é uma necessidade humana. Mas o que possibilitou a sua vitória sobre esta tentação, bem como as demais, foi a impecabilidade proveniente de sua natureza divina.

#### **2. 4. A Pessoa de Cristo**

Jesus Cristo é o único personagem histórico que conseguiu realizar a façanha de ser cem por cento Deus e cem por cento homem. Na pessoa de Cristo está implícita a sua natureza *teantrópica* (divino-humana) e todas as suas faculdades e atributos.

### ***2. 4. 1. A divindade de Cristo***

Jesus Cristo é Deus, a Segunda Pessoa da Trindade. Isto é comprovado através das afirmações do próprio Cristo (Mt 16. 17; 26. 64; Jo 5. 18; 8. 38; 10. 30; 10. 38; 14. 9); do ensino dos apóstolos (Mt 1. 23; 16. 16; Mc 1. 1; Lc 1. 35; Jo 1. 1; 1. 14; 20. 31; Fp 2. 6; Cl 1. 16; 2. 9); da confissão de outros (Is 9. 6; Mt 27. 54; Lc 4. 41); dos títulos aplicados a Cristo como “Deus, Emanuel, Alfa e Ômega, Rei dos reis e Senhor dos senhores”; suas obras, milagres, ressurreição, conhecimento sobrenatural e doutrina elevada; e toda a sua *autoridade no céu e na terra*.

### ***2. 4. 2. A humanidade de Cristo***

Na sua encarnação, ele tornou-se um ser humano porque “convinha que em tudo fosse semelhante aos irmãos” (Hb 2. 17). Ele foi chamado “Jesus Cristo homem” (1 Tm 2. 5) e possuía uma natureza humana com seus poderes e faculdades - *intelecto, sentimento, vontade e consciência*. Seu corpo tinha a mesma anatomia; a estrutura biológica de qualquer outro corpo humano, não diferindo em nada. Todavia, a natureza intrínseca de Jesus não era pecaminosa, embora seu corpo estivesse sujeito aos efeitos destrutivos do pecado.

### ***2. 4. 3. A distinção e a união das duas naturezas em uma só pessoa***

Quando o *Lógos* encarnou em Jesus, ele passou a ter duas naturezas: *humana e divina*; e três substâncias: *corpo, alma e divindade*. Entretanto, continuou sendo uma *única pessoa*. A natureza humana de Jesus é composta de duas substâncias: *corpo e alma humanos*

com as suas faculdades naturais,<sup>37</sup> e a sua natureza divina é composta de uma única substância, que é o próprio *Lógos* com seus *atributos*.<sup>38</sup> Existe, portanto, uma *natureza humana completa* e uma *natureza divina completa* em Jesus Cristo. Estas duas naturezas acham-se presentes na sua pessoa. Mas qual era a natureza divina de Jesus? O *Lógos* eterno, o Verbo vivo e encarnado na sua natureza humana e mortal. Sobre este assunto, a *Confissão de Fé Presbiteriana* diz que:

O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da virgem Maria e da substância dela. As duas naturezas inteiras, perfeitas e distintas - A Divindade e a humanidade - foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão, composição ou confusão; essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem.<sup>39</sup>

As duas naturezas de Cristo estão unidas, mas não estão misturadas nem confundidas, de modo a formarem uma terceira natureza que nem é humana nem divina. Se as duas naturezas estivessem misturadas, Cristo nem seria verdadeiramente Deus nem verdadeiramente homem; mas a Bíblia afirma que ele é tanto Deus como homem. Cada natureza retém seus atributos, tal como acontece no ser humano em que o corpo e alma constituem uma só pessoa com duas naturezas, retendo cada natureza seus atributos peculiares. O grande paradoxo de Cristo consiste nesta *justaposição* das duas naturezas. Ao mesmo tempo em que ele era *humanamente limitado*, era *divinamente ilimitado*; ao mesmo tempo em que era *humanamente frágil*, era *divinamente poderoso*; ao mesmo tempo em que a sua mente humana *crescia em sabedoria*, sua mente divina era *onisciente*. Certa vez os

---

<sup>37</sup> O autor desta apostila concorda com a teoria de que o ser humano tem uma natureza dicotômica: corpo e alma. Para maiores informações, consulte Eurípedes da Conceição, “Apostila de Teologia Sistemática 3 (Antropologia Teológica)”, 21-5, onde é feita uma abordagem mais detalhada sobre as duas principais teorias existentes.

judeus comentaram entre si: “Como sabe este, letras, sem ter estudado?”. Seu conhecimento era maior do que se podia obter por meios normais. O Jesus humano tinha todo o conhecimento e poder que a natureza divina lhe comunicava; mas limitado pela capacidade humana. Se em determinados momentos ele conhecia os pensamentos dos homens e lia os seus corações, era porque a natureza divina comunicava tal conhecimento à sua mente humana que, por sua vez, instrumentalizava a mente divina. Se ele ignorava o dia da segunda vinda (Mc 12. 32), era porque a natureza divina não tinha revelado este fato à sua inteligência humana.

A natureza divina não veio sobre Cristo pela primeira vez por ocasião de seu batismo. Quando ele era uma criancinha na manjedoura sua natureza divina era tão *onipotente, onisciente e onipresente* como sempre, mas não se manifestou naquele tempo. A revelação comunicada através do diálogo da mente divina com a mente humana era semelhante à relação da mente de um profeta para com Deus. Assim como o profeta não podia conhecer senão os segredos divinos que Deus lhe revelasse, assim também a mente humana de Cristo não podia conhecer mais do que a sua mente divina (o *Lógos*) lhe comunicasse.

Quando João diz que “o Verbo se fez carne” (Jo 1. 14), não significa que Cristo “transmutou-se”, “transubstanciou-se” ou “metamorfoseou-se” em carne. Significa que o Verbo “teve lugar”, “aconteceu”, “ocorreu” *em carne*. Apareceu uma nova personalidade humana e visível - o Deus-homem. Deus apareceu em um modo humano de existência.

A encarnação de Cristo não foi uma transformação do divino no humano. Isto faria desaparecer a divindade; pois se a natureza divina assumisse as limitações da natureza

---

<sup>38</sup> O *Lógos* ou a Segunda Pessoa da Trindade não exclui a alma humana de Jesus nem toma o seu lugar. Se fosse assim, não haveria verdadeira humanidade em Jesus.

<sup>39</sup> Loc. cit., 17.

humana, deixaria de ser divina. *Cristo absorveu uma natureza humana limitada, mas preservou a sua natureza divina ilimitada.* Na pessoa teantrópica de Jesus Cristo há união ou comunhão de natureza (*koinonia idiomatum*); mas não comunhão, participação ou transferência dos atributos de uma natureza à outra (*comunicatio idiomatum*). A natureza humana não comunica suas limitações à natureza divina nem a natureza divina torna a natureza humana infinita, onipotente, etc. O *luteranismo* tradicional sustenta a doutrina da comunicação dos atributos divinos à natureza humana, de modo que a natureza humana de Cristo é onipotente, onisciente e onipresente, tanto em referência à alma, como ao corpo. Esses atributos divinos da natureza humana de Cristo ou estavam ocultos durante sua vida na terra, ou foram assumidos por ocasião da ascensão.<sup>40</sup>

Conclui-se, portanto, que na pessoa de Cristo existe uma natureza humana completa - corpo e alma - e uma natureza divina completa, com todos os seus atributos. Estas duas naturezas constituem uma só pessoa e não duas. A natureza humana de Jesus nunca foi uma pessoa separada, nem tinha existência separada da natureza divina; não tinha subsistência individual. *O Logos não se uniu com uma pessoa humana, mas com uma natureza humana.*

#### ***2. 4. 4. Erros teológicos sobre a natureza teantrópica de Cristo***

Desde o segundo século que os teólogos apologistas como Tertuliano (160-220), Irineu (140-200), Orígenes (185-254) e Atanásio (298-373) debatiam-se com as heresias e erros teológicos sobre a pessoa de Cristo. Esses erros consistiam na tentativa, por parte de alguns, *de negar a humanidade de Cristo*, e por parte de outros, *de negar a divindade.* Os que

---

<sup>40</sup> Os luteranos tradicionais afirmam a comunicação dos atributos divinos à humanidade glorificada de Cristo, a fim de manter a doutrina da consubstanciação, de modo que tivesse um corpo de Cristo inexaurível na Ceia do Senhor.

*negavam a humanidade* de Cristo eram os *gnósticos*, *maniqueístas* e *docetistas*, que afirmavam que Cristo jamais assumiria um corpo material porque o mal provém da matéria.<sup>41</sup> Os *eutiquianos* afirmavam que Cristo só tinha uma natureza, que era a divina.<sup>42</sup> Os *basilidianistas* ensinavam que Cristo tornou-se divino por ocasião de seu batismo em água. Os *patripassianistas* ensinavam que há um só Deus que é chamado alternativamente Pai ou Filho, pelo que o próprio Pai foi crucificado. Os *apolinaristas* afirmavam que o *Logos* tomou o lugar da alma humana de Cristo, de modo que Cristo era apenas um corpo humano habitado pelo Espírito Divino. Os *nestorianos* negavam a união das duas naturezas de Cristo, em uma pessoa.

Os *que negavam*<sup>43</sup> a *divindade* de Cristo eram os *ebionistas*, que também contradiziam a encarnação do *Lógos*, afirmando que Jesus era apenas humano. Os *alógoi*<sup>44</sup> e *artemonitas* negavam a divindade de Cristo, mas admitiam que ele era impulsionado por uma energia divina. Os *arianos* afirmavam que Deus era uma só pessoa, e que Cristo foi o primeiro a ser criado, por meio de quem Deus criou o mundo. Para eles, Cristo era uma criatura de *substância diferente (heteroousios)* da de Deus. Os *semi-arianos* afirmavam que Cristo era uma pessoa divina, que não era igual ao Pai, mas de *substância semelhante (homoiousios)*.

Tertuliano foi o primeiro a afirmar que *o Pai e o Filho são de uma mesma substância*. Irineu concordou com Tertuliano, mas foi um pouco mais enfático ao declarar que

---

<sup>41</sup> Segundo este ponto de vista, a salvação consiste em libertar a alma do corpo, e foi para isso que Cristo veio ao mundo. Desta forma, Cristo apareceu como homem, mas como não podia relacionar-se com a matéria e conservar, ao mesmo tempo, a sua divindade, o seu corpo era apenas um fantasma, uma mera ilusão de ótica. Ele, portanto, nem nasceu, nem sofreu, nem morreu. Alguns admitiam que ele tivesse um corpo imaterial, de alguma substância etérea ou celestial. Ver Clark, op. cit., 272.

<sup>42</sup> Eutiques dizia que havia duas naturezas antes da união, mas somente uma, depois dela. As duas naturezas estavam de tal modo unidas, que se tornavam uma só. Isto significa que a natureza humana de Cristo havia sido totalmente absorvida pela divina.

<sup>43</sup> Modernamente, surgiu a *teoria kenótica* (do grego: *kenósis* - *esvaziamento, aniquilamento*) com base em Filipenses 2. 7. Esta teoria afirma que o *Logos* tornou-se homem, reduzindo-se às condições de uma criancinha, e que depois foi crescendo em sabedoria e poder até que finalmente reassumiu sua natureza divina. Isto significa que Deus *desdivinou-se* no ato da encarnação.

<sup>44</sup> Significa, literalmente, “negação do *Logos*”.

“Ele [Cristo] tornou-se naquilo que somos a fim de tornar-nos aquilo que ele é”.<sup>45</sup> Orígenes também concordou com Tertuliano e Irineu, e empregou o termo *homoousios* para afirmar que o Filho é dotado da mesma substância que o Pai. Ele usou a expressão “eternamente gerado” ao referir-se à filiação de Cristo, a fim de evitar qualquer idéia de um começo em sua pessoa, ou de que ele tivesse sido criado pelo Pai.<sup>46</sup> Atanásio também afirmava que o Pai e o Filho possuem uma mesma substância. Ele defendeu esta doutrina no Concílio de Nicéia (325), tornando-se o grande campeão contra o arianismo.<sup>47</sup> Este concílio produziu o Credo Niceno, o qual afirma que Cristo foi *eternamente gerado* da mesma substância que o Pai, *não fazendo parte da criação de Deus*. Todos esses erros teológicos reapareceram e foram novamente combatidos nos concílios de Éfeso (431) e Calcedônia (451).

#### 2. 4. 5. A base confessional da natureza teantrópica de Cristo

Os teólogos apologistas do período patrístico forneceram a *matéria-prima* da reflexão teológica para que a Assembléia de Westminster (1643-1649) reafirmasse a concepção ortodoxa de que Cristo é da *mesma substância* do Pai (*homoousios*). Esta concepção é apresentada de maneira muito clara na *Confissão de Fé*, que diz o seguinte:

Na unidade da Divindade há *três pessoas de uma mesma substância*, poder e eternidade - Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo. O Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é *eternamente gerado* do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.<sup>48</sup>

Esta posição é hoje, oficialmente, assumida pelo protestantismo reformado.

<sup>45</sup> Champlin e Bentes. *Cristologia. In: Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* 1. São Paulo: Candeia, 1991, 987.

<sup>46</sup> Id. *ibid.*, 987.

<sup>47</sup> Id. *ibid.*, 987.

A *Confissão de Fé* também define a manifestação da dupla natureza de Cristo na obra da mediação ao dizer que “Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada natureza o que lhe é próprio; contudo, em razão da unidade da pessoa, o que é próprio de uma natureza, é, às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza”.<sup>49</sup>

## 2. 5. A Doutrina da Expição

Clark diz que “A Expição é o fato central do Cristianismo. Qualquer sistema que exclua a expiação pode ser tudo, menos Cristianismo”.<sup>50</sup> Mas o que é expiação? Em sua etimologia, a palavra “expiação” vem do latim *ex* (completamente) + *piare* (aplar). Com base nas duas palavras, alguns teólogos têm afirmado que a expiação consiste na pacificação da ira de Deus contra o pecador. Será que isto é verdadeiro? Para responder esta pergunta é necessário entender a expiação no sentido prático.

O que é expiação? É o ato de lavar, purificar, remir mediante penalidade ou castigo, *propiciando* o perdão ao ofensor e aplacando a ira do ofendido. A expiação traz consigo uma outra palavra: *propiciação*. Em Rm 3. 23-25 está escrito que “todos pecaram e carecem da glória de Deus. Sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como *propiciação*, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos”. Aqui, o vocábulo grego traduzido por “propiciação” é

---

<sup>48</sup> Loc. cit., 7. Note que a concepção paradoxal de Orígenes - Jesus é o Filho incriado e “eternamente gerado” de Deus - foi também acrescida à Confissão de Fé de Westminster, assim como a doutrina de que o Filho é de substância co-igual ao Pai.

<sup>49</sup> Loc. cit., 19.

<sup>50</sup> Clark, 1985, 277.

*hilasterion*. Na LXX, este vocábulo traduz o hebraico *kapporeth* (propiciatório), que corresponde ao lugar onde os pecados eram expiados e removidos. A única outra referência onde este vocábulo é usado no Novo Testamento é em Hb 9. 5, onde se refere ao propiciatório, que era a tampa de ouro da arca da aliança. Quando o sacerdote entrava no Santo dos Santos, no dia da expiação, o sangue do sacrifício era derramado sobre a tampa da arca da aliança.

No latim, o verbo “propiciar” vem dos vocábulos *pro* (antes, a favor de) + *petere* (procurar), que aplicado na forma substantiva significa “predisposição favorável em relação a alguma coisa”, e na forma verbal tem o sentido de “conciliar”. Logo, a “propiciação” é a ação de Deus em *procurar previamente* uma alternativa *favorável* aos eleitos, no sentido de perdoar os seus pecados e salvá-los. Isto se desenvolveu através da expiação que Cristo realizou pela sua obediência à Lei e pelo seu sofrimento e morte na cruz. Por sua obediência, Cristo cumpriu a lei expressa no concerto das obras, que Adão deixou de cumprir. Pelo seu sofrimento e morte, ele recebeu a penalidade ou castigo devido ao pecado. A obra expiatória de Cristo não se limita apenas *a morte e sofrimento físicos*, que *são o aspecto objetivo da expiação*. Mas, principalmente, seu *sofrimento espiritual*, que *é o aspecto subjetivo da expiação*.

*A expiação expressa, obrigatoriamente, a totalidade da natureza divina.*

Dissertando sobre o que o homem deve crer acerca de Deus, o *Catecismo Maior* responde a pergunta “Quem é Deus?”, da seguinte maneira: “Deus é espírito, em si e por si infinito em seu ser, glória, bem-aventurança e perfeição; todo - suficiente, eterno, *imutável*, insondável, onipresente, infinito em poder, sabedoria, *santidade, justiça, misericórdia* e clemência,

longânimo e cheio de *bondade* e verdade”.<sup>51</sup> Na sua obra expiatória, Deus exerce simultaneamente a sua justiça, santidade, misericórdia, imutabilidade, bondade e verdade. Clark assevera que “Não pode haver antagonismo entre quaisquer dos atributos de Deus. Alguns têm enfatizado a justiça de Deus com exclusão do seu amor, e outros têm enfatizado o amor de Deus, a ponto de fazer desaparecer a sua justiça”.<sup>52</sup> Sabe-se, porém, que o amor de Deus é a causa motora da expiação, pois “Deus prova o seu amor para conosco, em que Cristo morreu por nós sendo nós ainda pecadores” (Rm 5. 8).

Cristo realizou um sacrifício *vicário*, isto é, sofreu em nosso lugar porque a queda violou a justiça de Deus e nos tornou merecedores do justo castigo. Estávamos inabilitados para fazer qualquer ato em nosso favor. Mas Cristo cumpriu, através da expiação, a exigência da lei de Deus que era requerida de todos nós. Mas a expiação é simplesmente o ato de aplacar a ira de Deus e satisfazer a sua vontade? A resposta está no próprio conteúdo bíblico da expiação.

## 2. 6. Conteúdo Bíblico da Expição

Os sacrifícios do Velho Testamento eram tipos do sacrifício de Cristo. Eles mostram como o castigo era executado. Quando alguém apresentava um sacrifício a Deus, colocava a sua mão sobre a cabeça do holocausto para que fosse aceito por Deus, para sua expiação (Lv 1. 4); isto representava a transferência da culpa do ofertante para a oferta. O sacerdote que fazia oferta pelo seu próprio pecado trazia um novilho, colocava a mão sobre a cabeça do novilho, depois o matava e aspergia o seu sangue diante do Senhor (Lv 4. 3, 4).

---

<sup>51</sup> Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana, [1643-1649] 1980, 64. Os grifos em itálico são do autor desta apostila.

<sup>52</sup> Loc. cit., 279.

Quanto aos pecados do povo, o sacerdote praticava o mesmo ritual (Lv 4. 13-20); o sacerdote fazia a propiciação pelo povo e o seu pecado era perdoado (Lv 4. 26). Quando alguém pecava por ignorância, também trazia uma oferta (Lv 4. 28), e colocava a sua mão sobre a cabeça da expiação do pecado, e a degolava (Lv 4. 29). O sacerdote fazia expiação e o pecado do ofertante era perdoado (Lv 4. 31).

O capítulo 16 de Levíticos apresenta os ritos do *Dia da Expiação*, que incluíam a aspersão do sangue no propiciatório, mostrando como o sangue ficava entre a lei e o pecador. A lei amaldiçoava o pecador, mas o sangue removia a maldição porque fazia expiação pela alma (Lv 17. 11). Dois bodes participavam do ritual: *o bode do sacrifício e o bode emissário*. O primeiro era sacrificado para representar o sofrimento da penalidade, e o segundo era levado para o deserto a fim de representar a remoção da culpa. O sacerdote colocava a sua mão sobre a cabeça do bode emissário e confessava todas as iniquidades e transgressões de Israel. Em seguida, o bode era levado por alguém ao deserto. Isto simbolizava que o bode emissário estava levando sobre a sua cabeça as iniquidades do povo à terra solitária (Lv 16. 22). A vítima recebia o nome de oferta pelo pecado ou culpa. O ritual representava a transferência do pecado ou culpa para a oferta. O bode sacrificado representava a *justiça* de Deus requerida pela sua lei, mas o bode emissário representava o amor de Deus expresso na *justificação* dos pecadores. É por esta razão que Cristo é *o justo e justificador* daqueles que têm fé nele. (Rm 3. 26).

Todo o cerimonial judaico apontava para a morte de Cristo (Is. 53. 4-5, 11-12), que o Novo Testamento apresenta como um sacrifício. Cristo veio para “dar a sua vida em resgate de muitos” (Mt 10. 28),<sup>53</sup> fazendo-se pecado e maldição por nós (2 Co 5. 21, Gl 3. 13). Ele é o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo (Jo 1. 29); é a nossa páscoa (1 Co 5. 7)

dedicada a Deus como oferta e sacrifício (Ef 5. 2, Hb 7. 27); é o cordeiro cujo sangue imaculado foi vertido (Hb 7. 14) como um sacrifício melhor (Hb 9. 23), que se ofereceu uma vez para tirar os pecados de muitos (Hb 9. 28), porque era impossível que o sangue dos animais removesse os pecados (Hb 10. 4). Assim, Deus remove o primeiro ritual de sacrifícios e estabelece o segundo, que é através do corpo de Jesus (Hb 10. 9, 10), o qual ofereceu um único sacrifício pelos pecados (Hb 10. 12); e com um só sacrifício aperfeiçoou para sempre os que são santificados (Hb 10. 14). Isto porque o seu sangue nos purifica de todo pecado (1 Jo 1. 17). O que é então a expiação e qual o seu propósito à luz da Bíblia? Os antigos sacrifícios tinham o propósito de *apaciar temporariamente* a ira divina sobre os eleitos, mas o sacrifício de Cristo tinha o propósito de *salvar definitivamente* os eleitos da ira divina (Rm 5. 9, 1 Ts 1. 10), e abrir o caminho para a reconciliação. Na expiação, Cristo sofreu a penalidade do pecado, cumpriu a lei, satisfaz a justiça e assegurou a remissão dos nossos pecados.

## 2. 7. Principais Teorias Sobre a Expição

### 2. 7. 1. Teoria da substituição

Esta teoria é também chamada de *teoria vicária ou da satisfação*. Seus primeiros conceitos foram desenvolvidos pelo teólogo escolástico Anselmo (1033-1109) em sua obra *Cur Deus Homo?*.<sup>53</sup> Pela primeira vez na teologia, a doutrina da expiação é submetida a uma investigação sistemática. Anselmo defendia o ponto de vista de que a morte de Cristo foi uma “satisfação” ou “reparação” paga a Deus, pelos pecados da humanidade. Ao morrer na cruz,

<sup>53</sup> A palavra traduzida *de* na expressão “em resgate de muitos”, corresponde ao vocábulo grego *anti*, que significa “em lugar de”. Isto mostra que Jesus deu a vida como nosso substituto.

<sup>54</sup> Por Que o Deus-Homem?

Cristo proveu uma satisfação proporcional à culpa da humanidade. Sua morte promoveu a aquisição de uma recompensa proporcional, que é a salvação. A expiação de Cristo satisfaz duplamente a justiça e a misericórdia de Deus. Em Jesus, Deus “tornou-se” homem, a fim de possibilitar esse “pagamento”, mediante a sua morte vicária.

### ***2. 7. 2. Teoria do resgate***

Esta teoria era ensinada pelos principais teólogos patrísticos, principalmente Irineu, Orígenes, Atanásio e Agostinho. Segundo esta teoria, Satanás venceu a humanidade através de Adão e escravizou sua descendência. Cristo venceu Satanás e libertou a humanidade da escravidão. Para libertar a humanidade, Cristo ofereceu-se a si mesmo para resgate a Satanás, que aceitou o oferecimento. Mas Cristo quebrou as cadeias de Satanás porque não havia pecaminosidade nele para que Satanás pudesse retê-lo. O direito de Satanás sobre a humanidade baseava-se na pecaminosidade humana, mas quando Satanás efetuou a morte de Cristo, ele assumiu direitos que não eram seus e, como castigo, foi destituído de seus direitos sobre a humanidade.

### ***2. 7. 3. Teoria da influência moral***

Esta teoria era defendida pelos socinianos e foi modernamente ampliada por Horace Bushnell em sua obra *Vicarious Sacrifice*,<sup>55</sup> e W. Newton Clarke em sua obra *An Outline of Christian Theology*.<sup>56</sup> Ela nega o efeito expiatório da morte de Cristo na remoção do pecado. Afirma que a expiação não visa apresentar uma reparação diretamente a Deus, mas é dirigida tão somente a humanidade. Cristo não é um sacrifício expiatório nem um substituto do homem, não sofreu nenhuma penalidade, não ofereceu satisfação à justiça divina. Ele é um mestre, um exemplo e uma manifestação do amor divino. Ele não nos salva pela sua morte, mas pela sua vida. O sacrifício de Cristo exerce apenas uma influência moral sobre as pessoas que observam e imitam o seu exemplo.

#### ***2. 7. 4. Teoria da identificação***

Cristo identificou-se de tal maneira com os seres humanos que estes são totalmente aceitos por Deus em Cristo. Não é necessário exigir nada mais das pessoas, nem mesmo o arrependimento, pois, em Cristo, todas as imperfeições humanas foram esquecidas.

#### ***2. 7. 5. Teoria governamental***

Esta teoria argumenta que Deus como governador moral não poderia permitir que o pecado ficasse sem punição. Para mostrar seu descontentamento com o pecado e avisar os impenitentes de que não podiam escapar, Deus infligiu seu castigo sobre Jesus Cristo. Deus é amor e não julga o pecado como algo que ultraja a sua santidade pessoal, mas como algo que vai de encontro à sua relação governamental com a humanidade. Desta forma, nenhuma penalidade é sofrida por algum substituto, e o pecador penitente é perdoado por um ato de compaixão divina. A expiação tem um significado puramente simbólico e didático.

Observou-se, neste segundo capítulo, que através da sua encarnação e morte expiatória, Cristo realizou sua obra de redenção objetiva aperfeiçoando com um só sacrifício todos aqueles que foram preordenados para a salvação. Mas como esta salvação tem sido aplicada de maneira subjetiva nos corações dos eleitos através do Espírito Santo? É o assunto do terceiro capítulo.

---

<sup>55</sup> Sacrifício Vicário.

<sup>56</sup> Um Esboço de Teologia Cristã.

### 3 - A AÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NA APLICAÇÃO DA REDENÇÃO

#### 3. 1. Formulações Credais: Uma Dívida Histórica com o Espírito Santo

Existe uma dívida histórica com o Espírito Santo. Esta dívida inicia-se nas primeiras formulações credais dos concílios. O primeiro Concílio Ecumênico da Igreja, convocado e presidido pelo Imperador Constantino em Nicéia, na Bitínia, em 325, não definiu a posição do Espírito Santo em relação ao Pai e ao Filho, não lhe atribuindo o seu real valor. O Credo afirma a consubstancialidade do Filho com o Pai, mas nada diz a respeito do Espírito Santo.

No ano 380, o Imperador Teodósio, um espanhol que tinha sido educado na fé cristã do ocidente, decretou um édito no qual ordenou que todos seus súditos seguissem a fé na deidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Para este fim, ele convocou o Concílio de Constantinopla em 381 sob a influência de Gregório de Nazianzo, o qual destacou-se como um dos principais defensores da doutrina do Espírito Santo.

Em Constantinopla, o Credo Niceno foi ampliado, passando a ser chamado de Credo Niceno-Constantinopolitano. Nesse concílio, a ênfase dada ao Espírito Santo foi maior do que em Nicéia, mas também não pôs fim a controvérsia pneumatológica uma vez que não afirmou com clareza a procedência do Espírito Santo em relação ao Filho, como também a consubstancialidade do Espírito com o Pai e o Filho.

Champlin diz que “Em Constantinopla, foi mais bem definida a Doutrina do Espírito Santo. Foi declarado que o Espírito Santo procede do Pai. Na época de Carlos Magno, foi feita uma adição com a palavra latina ‘filioque’, que significa ‘e do Filho.’”

Portanto, segundo a teologia ocidental, o Espírito Santo procede tanto do Pai quanto do Filho”.<sup>57</sup>

Este Concílio fez acréscimos às palavras do Credo de Nicéia, descrevendo o Espírito Santo como sendo “O Senhor” e doador da vida, procedente do Pai e do Filho, o qual juntamente com o Pai e o Filho, é “adorado e glorificado”. O texto que aborda o Espírito Santo diz:

Creemos em um Deus, Pai onipotente, criador do céu e da terra, e de todas as coisas visíveis e invisíveis; e cremos em um Senhor Jesus Cristo, o unigênito Filho de Deus, gerado pelo Pai antes de todos os séculos, luz de luz, verdadeiro Deus, gerado não feito, consubstancial com o Pai, pelo qual todas as coisas foram feitas, porém, seres humanos, e por nossa salvação desceu do céu e encarnou por obra do Espírito Santo e da Virgem Maria, e foi feito homem, foi crucificado por nós sob o poder de Pôncio Pilatos, e padeceu, e foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras, e subiu ao céu, e assentou-se à direita de Deus Pai, e de novo há de vir com glória para julgar os vivos e os mortos, seu Reino não terá fim; e *cremos no Espírito Santo, Senhor, doador da vida, procedente do Pai, que com o Pai e o Filho é adorado e glorificado, Ele falou pelos profetas*. Oremos na Igreja, uma, santa, católica e apostólica. Confessamos um batismo para perdão dos pecados. Esperamos a ressurreição dos mortos e a vida na era vindoura. Amem.<sup>58</sup>

Apesar da ênfase dada ao Espírito Santo, alguns aspectos do Credo permanecem obscuros. O Credo diz que o Espírito Santo é procedente do Pai, mas não diz que também procede do Filho. E embora afirme que o Espírito Santo é o Senhor e doador da vida, e que o Pai recebe adoração e glória, não afirma que o Espírito é consubstancial com o Pai e o Filho. Portanto, persiste uma indefinição histórica acerca do Espírito Santo e suas operações em geral.

<sup>57</sup> Champlin e Bentes. *Constantinopla, Concílios*. In: Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia 1. São Paulo: Candeia, 1991, 879.

<sup>58</sup> Citado por Maraschin, 1989, 13-5.

### 3. 2. A Obra do Espírito Santo na Redenção Subjetiva

A obra de redenção objetiva executada por Deus em Cristo já foi concluída com a encarnação, morte e ressurreição de Cristo. Mas a obra de redenção subjetiva operacionalizada no tempo e na história, nos corações e nas vidas dos crentes, é do Espírito Santo.

Ao distinguir entre a obra de Cristo e a obra do Espírito Santo, não podemos separá-las completamente, nem deixar de reconhecer que são ambas na verdade uma obra só. *O que Cristo fez por nós externamente é o que o Espírito Santo fez em nós internamente.* Cristo comunica a expiação através da obra do Espírito Santo, o qual atualiza o sacrifício de Cristo nos nossos corações. Em termos gerais, pode-se dizer que a obra de Cristo foi fazer a expiação, e a obra do Espírito Santo é aplicá-la. Mas quais são as operações gerais do Espírito Santo na redenção dos eleitos? O Espírito Santo realiza a sua obra na redenção:

#### 3. 2. 1. Comunicando a graça de Cristo aos eleitos

A palavra “graça” vem do grego *káris*, e significa “favor imerecido”. É a disposição bondosa do coração de Deus para com o ser humano. *Não há em Deus várias categorias de graça, mas apenas uma.* As distinções são puramente técnicas e funcionais. Clark, por exemplo, distingue a graça de cinco maneiras: *graça comum, graça preveniente, graça suficiente, graça eficaz e graça habitual.*<sup>59</sup> No dizer de Clark,

Graça comum é a maior ou menor medida de graça concedida a todos os que ouvem o evangelho. Graça preveniente é a operação do Espírito sobre a mente, a qual precede e estimula seus esforços para voltar a Deus. Graça suficiente é a graça que basta para levar ao arrependimento e à fé. Graça eficaz é uma influência do Espírito de Deus de tal natureza, que é certamente eficaz em produzir regeneração

---

<sup>59</sup> Clark, 1985, 307-8.

e conversão. [...] Graça habitual é a habitação do Espírito nos crentes, ou antes, o efeito dessa contínua habitação.<sup>60</sup>

Berkhof afirma o seguinte:

A teologia reformada não considera a doutrina da graça comum como uma parte da soteriologia como ocorre na teologia arminiana. Ao mesmo tempo, reconhece que existe uma estreita relação entre as operações do Espírito Santo nas esferas da criação e da redenção, concluindo que ambas não devem se dissociar por completo.<sup>61</sup>

No dizer de Berkhof, o conceito de graça comum surgiu como resposta às seguintes perguntas: Como explicar a ordem natural que existe no mundo se tudo está debaixo da maldição do pecado? Como se explica o fato da terra produzir frutos deliciosos com maior abundância que espinhos e abrolhos? Como explicar que o ser humano pecador retém algum conhecimento de Deus, das coisas naturais e da diferença entre o bem e o mal, e ainda demonstre algum respeito pela virtude e bom comportamento? Como explicar os dons e talentos especiais do ser humano natural, e o desenvolvimento da ciência e da arte por intermédio daqueles que estão totalmente despojados da vida nova que há em Cristo Jesus? Como explicar as aspirações religiosas dos seres humanos em todas as partes, mesmo aqueles que não tiveram contato com a religião cristã? Como explicar o fato do não convertido agir com sinceridade, fazer o bem ao próximo e viver uma vida publicamente virtuosa.<sup>62</sup>

Comentando sobre a atitude de Agostinho diante dessas perguntas, Berkhof diz ainda que:

Agostinho expressou com ênfase a incapacidade total do homem e sua absoluta dependência da graça de Deus como um poder renovador e interno, que não somente ilumina o intelecto, mas também atua de maneira direta sobre a vontade do homem como graça operadora ou graça co-operante. Agostinho emprega o termo “graça” quase em forma exclusiva neste sentido, e a considera como a

<sup>60</sup> Op. cit, 307-8.

<sup>61</sup> Berkhof, 1983, 514.

<sup>62</sup> Id., ibid., 514.

condição necessária para o cumprimento de cada boa ação. [...] Admite que os gentios podem praticar boas ações, [...] mas essas ações *produzidas por pessoas não convertidas* são, em si mesmas, pecaminosas porque brotam sem a motivação da fé ou do amor divino, e não correspondem ao único propósito justo que é a glória de Deus.<sup>63</sup>

A expressão “graça comum” (*gratia comunis*) passou a ser de uso geral para comunicar a idéia de que esta graça se estenda a todos os homens, em contraste com a “graça especial” (*gratia particularis*) que se limita a uma parte da humanidade, ou seja, os eleitos. Kuyper afirma que Calvino teria usado o adjetivo “comum” para representar, também, a graça salvadora. Kuyper classifica a graça comum, na perspectiva calvinista, de três maneiras:

1. Graça Comum Universal: É a graça extensiva a todas as criaturas.
2. Graça Comum Geral: É a graça que se aplica à humanidade em geral e a cada ser humano.
3. Graça Comum do Pacto: É a graça que é comum a todos aqueles que vivem na esfera do pacto, quer sejam ou não eleitos.<sup>64</sup>

O sistema calvinista-reformado ensina que existe uma graça comum, suficiente para certas coisas, como convencer os homens inescusáveis pelo pecado e incredulidade (Rm 1. 20; Rm 2. 1; At 17. 17). Ela desperta e estimula a coisas melhores, mas não muda o coração nem regenera a natureza, e a regeneração não é efetuada pela cooperação da vontade humana (sinergismo).

A diferença entre graça comum e graça especial não se aplica à graça como atributo de Deus. A graça divina é aquela perfeição de Deus mediante a qual ele demonstra seu favor aos homens, favor imerecido. *Esta graça única de Deus se manifesta em dons e*

---

<sup>63</sup> Id., *ibid.*, 514-5.

<sup>64</sup> Citado por Berkhof, 1983, 517.

*operações diferentes.* A mais sublime manifestação desta graça é através das ações bondosas de Deus que resultam na remoção da culpa, da corrupção, do castigo do pecado, e incide na salvação final dos pecadores.

A extensão da graça especial está determinada mediante o decreto da eleição. Ela remove a culpa e a pena do pecado, muda a vida interior do ser humano e o liberta gradualmente da corrupção do pecado, mediante a ação sobrenatural do Espírito Santo. *Em alguns aspectos, a graça comum é resistível, mas a graça especial é e será sempre irresistível.*

O Espírito Santo também realiza a sua obra na redenção:

### ***3. 2. 2. Promovendo a união mística de Cristo com os eleitos***

De maneira subjetiva, pode-se afirmar que a união entre Cristo e os eleitos é realizada pelo Espírito Santo de uma forma misteriosa e sobrenatural denominada *unio mystica* ou união mística. Cristo, voluntariamente, assumiu o encargo de ser o *Cabeça* e *Fiador* de todos os eleitos, pagando a dívida dos seus pecados mediante uma obediência perfeita a Lei, assegurando o seu direito à posse da vida eterna, a fim de constituir uma nova humanidade para Deus. Esta nova humanidade torna-se presente nos eleitos através da sua união mística com Cristo, que é operacionalizada pelo Espírito Santo.

No dizer de Berkhof,

Calvino expressou várias vezes a idéia de que o pecador não pode participar dos benefícios salvadores da obra redentora de Cristo, a menos que esteja em união com ele, [pois...] assim como Adão foi o cabeça e representante da antiga humanidade, Cristo é o cabeça e representante da nova humanidade.<sup>65</sup>

Berkhof apresenta as seguintes características da união mística:

1. É uma união orgânica porque Cristo e os eleitos formam um corpo.
2. É uma união vital porque Cristo é o princípio vitalizador e dominante.
3. É uma união mediada pelo Espírito Santo.
4. É uma união recíproca (Cristo-eleito; eleito-Cristo).
5. É uma união pessoal porque a pessoa de Cristo torna-se infusa em nós.
6. É uma união transformadora.<sup>66</sup>

O Espírito Santo também realiza a sua obra na redenção:

### ***3. 2. 3. Vocacionando eficazmente os eleitos***

Clark diz que “o primeiro passo na obra do Espírito Santo e a vocação ou chamada”.<sup>67</sup> Clark apresenta essa chamada de duas maneiras externa e eficaz. A chamada externa é universal, dirigida a todos e expressa nas palavras de Jesus “Vinde a mim todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei” (Mt 11. 28). O Espírito e a esposa dizem: Vem. E quem tem sede, venha e quem quiser tome de graça da água da vida (Ap 22. 17). Trata-se de uma chamada universal dirigida a todos indistintamente, porém muitos são chamados, mas poucos escolhidos (Mt 20. 16, 22. 14). No Catecismo Maior, pergunta 67, “Que é vocação eficaz?”, a resposta é a seguinte: “Vocação eficaz é a obra do poder e graça onipotente de Deus, pela qual (do seu livre e especial amor para com os eleitos e sem que nada neles o leve a isto), Ele, no tempo aceitável, os convida e atrai a Jesus Cristo pela sua palavra e pelo seu Espírito, iluminando os seus entendimentos de uma maneira salvadora, renovando e poderosamente determinando as suas vontades, de modo que eles, embora em si mortos no

---

<sup>65</sup> Id., *ibid.*, 533.

<sup>66</sup> Op. cit., 537.

<sup>67</sup> Clark, 1985, 306-7.

pecado, tornam-se por isso prontos e capazes de livremente responder a sua chamada e de aceitar e abraçar a graça nela oferecida e comunicada”.<sup>68</sup>

O Espírito Santo também realiza a sua obra na redenção:

### **3. 2. 4 . Regenerando os eleitos**

A palavra grega usada para “regeneração” é *palingenesia*, e se encontra em Mt 19. 28 e Tt 3. 5, e somente nesta última passagem se refere ao princípio de vida nova que deveria ser comum ao verdadeiro cristão. A regeneração consiste na implantação da nova vida espiritual no ser humano, que o induz a uma mudança radical de opiniões e posturas. A regeneração afeta o ser humano por inteiro: intelecto (1 Co 2. 14, 15, 2. 4. 6, Ef 1. 18, Cl 3. 10, vontade (Sl 110. 3, Fp 2. 13, 2. Ts 3. 5) e sentimentos (Sl 42. 1, 2, Mt 5. 4, 1 Pd 1. 8).

O Espírito Santo também realiza a sua obra na redenção:

### **3. 2. 5. Santificando os eleitos**

No nível soteriológico, a resposta à pergunta número 77 do Catecismo Maior ajuda a elucidar a obra do Espírito Santo: “Em que difere a justificação da santificação? [...] Na justificação Deus imputa a justiça de Cristo, e na santificação o seu Espírito infunde a graça e dá forças para a exercer. Na justificação o pecado é perdoado, na santificação ele é subjugado”.<sup>69</sup>

O Espírito Santo também realiza a sua obra na redenção:

---

<sup>68</sup> Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana, [1643-1649] 1980, 83.

### 3. 2. 8 . *Promovendo a perseverança dos eleitos*

Aqueles a quem Deus regenerou e chamou eficazmente a um estado de graça, não podem cair total ou definitivamente desse estado, pois perseverarão com toda segurança até o fim e serão salvos para sempre. Segundo Berkhof, “esta doutrina foi ensinada primeiramente por Agostinho [que...] sustentava que os eleitos não podiam cair ou perder-se”.<sup>70</sup> Calvino aperfeiçoou a visão de Agostinho e incluiu a doutrina da perseverança dos santos nos seus cinco pontos teológicos. Subseqüente à depravação total, à eleição incondicional, à expiação limitada e ao chamado eficaz, temos a perseverança dos santos, que é corroborada pela Escritura que diz: “Aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até o dia de Jesus Cristo” (Fp 1. 6). O crente em Cristo pode cair em tentação, mas o Senhor não o deixará ser tentado acima da sua capacidade, e com a tentação dará também o escape de modo que o crente saia dela e prossiga de novo nas coisas que dizem respeito à sua salvação para a glória de Cristo. Com o auxílio do Espírito Santo, os eleitos do Senhor perseverarão.

---

<sup>69</sup> Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana, [1643-1649] 1980, 86-7.

<sup>70</sup> Berkhof, 1983, 653.

## BIBLIOGRAFIA

- BERKHOF, L. *Teologia Sistemática*. Trad. Felipe Delgado Cortés. Grand Rapids, Michigan: T.E.L.L., 1983.
- BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA. Edição Revista e atualizada no Brasil. São Paulo e Barueri: Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.
- BÍBLIA SHED. Edição Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- CALVINO, João. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*. Trad. Waldyr Carvalho Luz. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.
- CATECISMO MAIOR DA IGREJA PRESBITERIANA. 7 ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1980.
- CHAMPLIN, Russel N. e BENTES, João M. ENCICLOPÉDIA DE BÍBLIA, TEOLOGIA E FILOSOFIA. São Paulo: Candeia, 1991.
- CLARK, David S. *Compêndio de Teologia Sistemática*. Recife: Casa Editora Presbiteriana, 1985.
- CONFISSÃO DE FÉ DA IGREJA PRESBITERIANA. 7 ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1980.
- FERM, VERGILIUS (ed.). *Encyclopedia of religion*. [s.l., s.n.], 1964.
- HARRISON, E. F. (ed.). *Baker's Dictionary of Christian Theology*. [s.l., s.n.], 1960.
- MARASCHIN, J. C. *O Espelho e a Transparência, o Credo Niceno-Constantinopolitano e a Teologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: CEDI, 1989.
- NICHOLS, Robert H. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.
- YANCEY, Philip. *Maravilhosa Graça*. São Paulo: Vida, 1999.

